



RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO
2008

CARTA DO PRESIDENTE DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,
Submetemos, para apreciação, o Relatório de Administração e as Demonstrações Contábeis da Companhia, com Parecer dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, referente ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2008.

Em 2008 foi registrado um lucro líquido de R\$ 1,47 bilhão, cerca de 10% acima do realizado em 2007, tendo o EBITDA (a geração operacional de caixa), se manteve no nível de R\$ 2,6 bilhões. A Neoenergia encerrou 2008 com R\$ 2,6 bilhões de dívida líquida. As vendas das três distribuidoras do grupo, Coelba, Celpe e Cosern, foram de 27.296 GWh, apresentando um crescimento de 18,85% em relação ao ano anterior. A receita operacional bruta alcançou R\$ 9,5 bilhões e registrou incremento de 5,2% em relação a 2007.

No plano operacional, vale ressaltar a boa performance do Índice de Perdas das distribuidoras e o excelente desempenho da arrecadação, que evoluiu positivamente em decorrência do sucesso das diversas ações de cobrança implementadas pelas distribuidoras.

As distribuidoras do Grupo Neoenergia realizaram R\$ 1,1 bilhão de investimentos, com a participação dos Governos Federal e Estaduais no montante de R\$ 217,6 milhões. Esses investimentos objetivaram, principalmente, a expansão do atendimento com realização de novas ligações, expansão da rede de distribuição, construção, ampliação e modernização de subestações, focando sempre o atendimento e a qualidade dos serviços prestados aos seus consumidores. Em 2008, as distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN acumularam 436.273 novas ligações dentro do Programa Luz para Todos, reafirmando o comprometimento do Grupo com a inclusão social.

Em termos de investimentos em geração de energia elétrica, a Neoenergia adquiriu a autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu, localizada no Rio Iguaçu, no Estado do Paraná. Orçada em R\$ 1,4 bilhão, a usina terá capacidade de 350 MW, estando 70% de sua energia assegurada comercializada no âmbito do ACR e sua entrada em operação está prevista para 2012. Em transmissão, a Neoenergia adquiriu a autorização da Subestação Naranjinha, localizada em Salvador, com investimento de R\$ 51 milhões. Também destacou-se em 2008 a obtenção de linhas de crédito do BNDES para as obras de construção de três UHE's - Baguari em Minas Gerais, Dardanelos no Mato Grosso e Corumbá III em Goiás e de cinco PCH's - Goiandira e Nova Aurora em Goiás, Pedra do Garrafão e Pirapetina entre os Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo e Sítio Grande na Bahia.

A Neoenergia deliberou a distribuição de R\$ 486,4 milhões em dividendos a seus acionistas, tendo desembolsado o total de R\$ 366 milhões em dividendos e juros sobre capital próprio durante o ano de 2008.

São por estes resultados que a Neoenergia, mais uma vez, reafirma seu compromisso com o desenvolvimento do País, ao tempo que agradece a todos os seus Acionistas, Conselho de Administração e Fiscal, clientes, fornecedores e Governos Municipais, Estadual e Federal.

JOILSON RODRIGUES FERREIRA
Presidente do Conselho de Administração

1 AMBIENTE REGULATÓRIO

REAJUSTE TARIFÁRIO E REVISÃO TARIFÁRIA

A Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, responsável pela regulamentação do setor elétrico brasileiro, fixou o índice médio de revisão tarifária -12,12% e -6,45%, para as controladas distribuidoras de energia elétrica COELBA, e COSERN respectivamente. A CELPE teve índice de reajuste de 15,09%.

REVISÃO TARIFÁRIA

A Revisão Tarifária resulta na fixação de estrutura tarifária e na determinação do "Fator X", que objetiva compartilhar os ganhos de eficiência com os consumidores, a ser aplicado nos reajustes tarifários anuais até a próxima revisão periódica. Os resultados das revisões tarifárias da COELBA e COSERN foram homologados em caráter provisório devido à metodologia do Segundo Ciclo de Revisão ter sido concluído através da Audiência Pública 052/2007 e publicação em 25 de novembro de 2008, da Resolução nº 338/2008.

O índice médio de reposicionamento tarifário da COSERN, publicado através da Resolução nº 637, de 17 de abril de 2008, foi de -6,45%. O índice médio de reposicionamento tarifário da COELBA publicado através da Resolução nº 638, de 17 de abril de 2008, foi de -12,12%.

REAJUSTE TARIFÁRIO

Índice médio tarifário da controlada CELPE foi definido pela Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL em média, em 15,09%, com vigência a partir de 29 de abril de 2008. Por decisão da ANEEL o reajuste de 15,09% foi diferido, tendo sido aplicado em 2008, o índice de reajuste de 7,48%, sendo a diferença a ser aplicado em 2009.

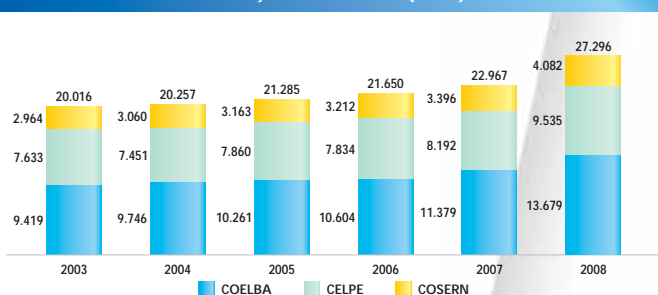
2 MERCADO DE ENERGIA ELÉTRICA

2.1. EVOLUÇÃO DO MERCADO DE DISTRIBUIÇÃO DE ENERGIA

A energia distribuída totalizou 27.296 GWh em 2008, representando um crescimento 18,85% acima do ano anterior.

A seguir está demonstrada a evolução combinada das vendas (em GWh) das distribuidoras COELBA, CELPE e COSERN desde 2003.

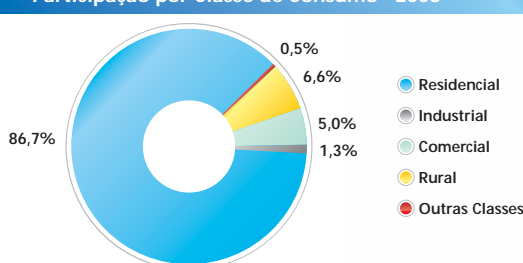
Evolução das Vendas (GWh)



2.2. EVOLUÇÃO DO NÚMERO DE CLIENTES

A classe de consumo residencial representa 86,7% do total de consumidores do Grupo e a composição dos clientes por classe, está assim composta, de forma consolidada em 2008:

Participação por Classe de Consumo - 2008



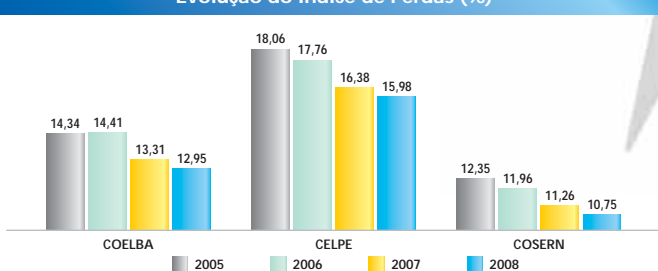
2.3. PERDAS

As perdas globais de energia são acompanhadas nas distribuidoras através do índice percentual que compara a diferença entre a energia requerida/comprada e a energia fornecida/faturada, acumulados no período de 12 meses.

Para combater as perdas em 2008 foram realizadas ações, onde podem ser destacadas: inspeções em unidades consumidoras, blindagem de redes e caixas de medição, ligações de clandestinos e ação conjunta com a Secretaria de Segurança Pública, através do Grupo Especial de Repressão aos Crimes Contra Administração e Serviço Público do Estado.

A seguir apresentamos o histórico das perdas de distribuição (técnicas e comerciais) das distribuidoras do Grupo Neoenergia.

Evolução do Índice de Perdas (%)



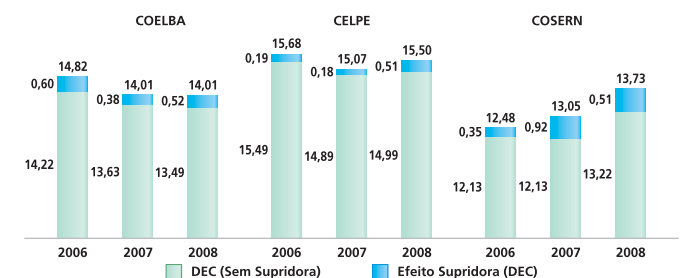
3 DESEMPENHO OPERACIONAL

3.1. QUALIDADE NO FORNECIMENTO

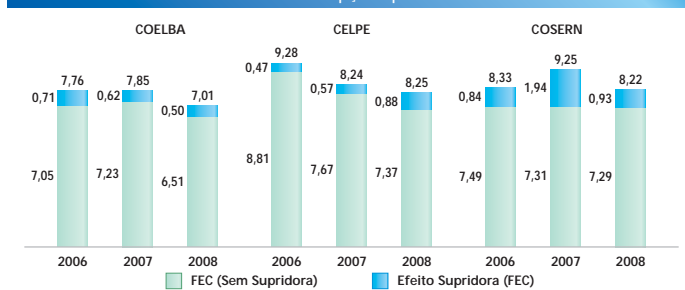
Os principais indicadores que medem a qualidade do sistema elétrico, DEC (Duração das Interrupções por Consumidor) e FEC (Frequência das Interrupções), refletiram por mais um ano a forte incidência de chuvas em um período prolongado na região Nordeste.

A seguir a evolução da Duração das Interrupções por Consumidor - DEC, e da Frequência das interrupções - FEC, com e sem supridora:

DEC (Duração Equivalente de Interrupção por Cliente)
Duração média das interrupções por cliente/ano - Horas



FEC (Frequência Equivalente de Interrupção por Cliente)
Número médio de interrupções por cliente/ano - Vezes



3.2. ATENDIMENTO A CLIENTES

As ações e melhorias implementadas nos serviços de uma forma geral, prestados aos clientes em 2008, se fazem notar através da redução do número de reclamações registrado nas distribuidoras do Grupo.

As empresas mantêm uma rede de atendimento com canais de relacionamento compatível com as exigências específicas de cada segmento, garantindo a qualidade necessária no uso dos serviços de energia elétrica.

4 INVESTIMENTOS

Em 2008 o Grupo Neoenergia, por meio de suas controladas COELBA, CELPE e COSERN investiu R\$ 1,13 bilhão. Esses recursos foram destinados à ampliação da rede de distribuição de energia elétrica e a melhoria na confiabilidade do sistema e consequente melhoria da eficiência e da qualidade dos serviços prestados aos clientes.

4.1. PROGRAMA LUZ PARA TODOS

O Programa Luz para Todos foi instituído pelo Governo em 11 de novembro de 2003, destinado a proporcionar, até o ano de 2008 o atendimento em energia elétrica à parcela da população do meio rural brasileiro que ainda não tem acesso a esse serviço público. Em 2008, as distribuidoras do Grupo Neoenergia executaram 116.008 novas ligações, e receberam R\$ 217,6 milhões de subvenção do Governo para aplicação nesse Programa. No acumulado já foram efetuadas 436.273 novas ligações dentro do Programa Luz para Todos.

	CONSOLIDADO	COELBA	CELPE	COSERN
Ligações previstas pelo programa	493.485	348.852	98.781	45.852
Ligações executadas até 2007	320.265	218.147	67.847	34.271
Ligações executadas em 2008	116.008	81.864	25.943	8.201
Total de Executadas até Dezembro 2008	436.273	300.011	93.790	42.472
Em execução até 31 de Dezembro de 2008	57.212	48.841	4.991	3.380

4.2. INVESTIMENTOS EM GERAÇÃO E TRANSMISSÃO

A Neoenergia obteve em 2005 autorização das PCH's Goiandira e Nova Aurora, localizadas no Estado de Goiás e com potência total de 48MW. A energia a ser produzida por essas usinas foi comercializada no Leilão nº 003/2005 de Geração de Energia, realizado em junho de 2006. As usinas já iniciaram as obras e a entrada em operação está prevista para 2009.

Também em 2005, a Neoenergia obteve autorização para a construção da UHE Baguari. As obras para a construção da usina, no Rio Doce, em Minas Gerais, foram iniciadas em maio de 2007. A hidrelétrica terá capacidade de geração de 140 MW, com entrada em operação programada para 2009.

A Neoenergia participou do Leilão no 002/2006 de Geração de Energia, realizado em junho de 2006, comercializando a energia da PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetina. A entrada em operação dessas PCH's está prevista para 2009.

Em setembro de 2006, a Neoenergia adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, através da GERAÇÃO C III S.A., a ser construída no rio Corumbá, no município de Luziânia, no Estado de Goiás. A energia elétrica desta usina foi comercializada com a CEB e a entrada em operação está prevista para 2009.

No leilão de energia nº 004/06, realizado em 10 de outubro de 2006, a Neoenergia adquiriu a concessão para construção e comercialização a energia da Usina Hidrelétrica (UHE) de DARDANELOS, atual ENERGETICA ÁGUAS DA PEDRA, no rio Aripuanã, no Estado do Mato Grosso, que terá potência instalada de 261 MW. Esta concessão foi adquirida em Consórcio, formado pela Neoenergia, com participação de 46%, pela Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (CHESF), com 24,5%, pela ELETRONORTE, com 24,5%, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO), com participação de 5%. Posteriormente a NEOENERGIA tem o direito de assumir a participação da CNO, ampliando sua participação para 51%. O cronograma de construção dessa usina prevê a entrada de operação no ano de 2010.

Em 2007 a Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) - Sítio Grande, atualmente denominada BAHIA PCH I, localizada no rio das Fêmeas, no Estado da Bahia. A BAHIA PCH I terá a capacidade de geração de 25 MW, e está orçada em R\$ 130 milhões. O projeto já tem Licença de Instalação (LI) e as obras de construção já começaram, após a aprovação da ANEEL, com entrada em operação prevista para 2009.

No leilão de transmissão nº 006/08, realizado em 3 de outubro de 2008, a Neoenergia adquiriu a concessão para construção da Subestação NARAMDIBA, localizada em Salvador, no Estado da Bahia. O cronograma de construção dessa subestação prevê a entrada de operação no ano de 2010.

No leilão de energia nº 003/08, realizado em 30 de setembro de 2008, a Neoenergia adquiriu a concessão para construção e comercialização a energia da Usina Hidrelétrica (UHE) BAIXO IGUAÇU, no rio Iguaçu, no Estado do Paraná, que terá potência instalada de 350 MW. O cronograma de construção dessa usina prevê a entrada de operação no ano de 2012.

Os dez investimentos irão demandar investimentos totais de aproximadamente R\$ 3,5 bilhões, tendo a Neoenergia investimento de R\$ 2,72 bilhões através de sua participação nos projetos.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Goiás Sul			Rio PCH			Bahia PCH I	Baixo Iguaçu
	Goiandira	Nova Aurora	Baguari	Corumbá III	Pirapetina	Pedra do Garrafão		
Participação da Neoenergia	100%	100%	51%	60%	75%	75%	51%	100%
Potência Instalada (MW)	27,0	21,0	140,0	93,6	16,5	17,0	261,0	350,0
Energia Assegurada (Mw)	17,09	12,37	81,40	50,90	11,31	11,50	154,90	172,80
Área do Reservatório (Km²)	6,4	6,8	14,2	72,4	0,4	2,7	0,2	31,6
Com isso, o Grupo Neoenergia acumula investimentos no Brasil, desde 1997, da ordem de 15 bilhões em termos nominais, distribuídos entre aquisições de empresas em leilões de privatizações, compras de ações, aumentos de capital em controladas, investimentos nas controladas de distribuição e geração.								
INVESTIMENTOS (Em R\$ milhões)	1997/2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL	
Em aquisições de empresas/ações								
COELBA	2.151,9	-	-	-	-	-	2.151,9	
CELPE	1.956,2	-	-	-	-	-	1.956,2	
COSERN	825,4	-	-	-	-	-	825,4	
OUTROS	30,4	-	-	-	-	-	30,4	
	4.963,8						4.963,8	
Realizados pelas empresas de geração de energia elétrica (Ativo Permanente)								
TERMOAÇU	194,0	89,7	13,4	14,8	14,8	22,2	348,9	
TERMOPIERNAMBUCO	1.031,7	58,3	29,1	2,2	2,2	(37,4)	1.086,3	
ITAPEBI	677,9	0,4	7,4	0,8	0,7	50,0	737,2	
BAGUARI I	-	-	-	9,9	66,1	-	76,0	
GOIÁS SUL	-	-	-	5,0	30,3	25,8	61,1	
AFLUENTE	-	-	-	-	1,8	57,9	59,7	
ÁGUAS DA PEDRA	-	-	-	-	71,3	57,7	129,0	
RIO PCH I	-	-	-	-	28,5	24,8	53,3	
BAHIA PCH I	-	-	-	-	0,5	44,6	45,1	
NEOINVEST	-	-	-	-	1,6	8,0	9,6	
GERAÇÃO CIII	-	-	-	14,7	55,6	94,8	165,1	
	1.903,6	148,4	50,0	47,4	273,4	348,5	2.771,2	

INVESTIMENTOS (Em R\$ milhões)

	1997/2003	2004	2005	2006	2007	2008	TOTAL
Realizados pelas empresas de distribuição de energia elétrica							
COELBA	1.563,5	279,1	510,3	643,2	909,1	631,0	4.536,3
Subvenção "Luz para Todos"	-	37,4	218,5	272,3	385,5	219,8	1.134,4
CELPE	571,7	140,1	192,8	342,4	196,9	372,0	1.815,8
Subvenção "Luz para Todos"	-	20,8	52,6	77,6	12,4	-	163,5
COSERN	322,4	50,9	55,4	135,5	88,8	123,3	776,3
Subvenção "Luz para Todos"	-	7,8	13,7	31,5	37,3	(2,1)	88,2
	2.457,6	470,1	758,4	1.121,1	1.194,8	1.126,4	7.128,4
Total de Investimentos	9.325,0	618,5	808,4	1.168,5	1.468,1	1.474,9	14.863,5

5 DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

5.1. INDICADORES EMPRESARIAIS

Em 2008 o fornecimento consolidado de energia elétrica das distribuidoras foi de 27.296 GWh (22.967 GWh em 2007).

Dados Econômico-Financeiros	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2008/2007	Varição
Receita Operacional Bruta (R\$ mil)	4.716.977	5.902.195	7.331.543	8.217.103	9.025.294	9.498.682	5,2%	
Receita Operacional Líquida (R\$ mil)	3.476.869	4.080.262	4.727.282	5.218.039	5.937.824	6.290.935	5,9%	
EBITDA (R\$ mil)	1.053.677	1.464.507	2.215.988	2.195.499	2.603.657	2.605.164	0,1%	
Resultado do Serviço - EBIT (R\$ mil)	784.091	1.126.000	1.833.581	1.808.569	2.175.689	2.182.947	0,3%	
Resultado Financeiro (R\$ mil) - Exceto JSCP	(464.422)	(399.804)	(479.771)	(286.517)	(240.786)	(48.795)	-79,7%	
Lucro Líquido (R\$ mil)	43.959	304.844	822.482	995.073	1.340.049	1.474.274	10,0%	
Ativo total (R\$ mil)	11.106.006	11.592.033	12.552.722	13.225.156	14.494.923	15.821.997	9,2%	
Investimentos (R\$ mil)	685.436	618.508	808.403	1.168.519	1.468.141	1.474.878	0,5%	
Dívida Bruta (R\$ mil)	4.058.295	4.143.960	4.427.998	4.453.174	4.618.815	5.121.135	10,9%	
Dívida Líquida (R\$ mil) *	3.971.759	4.041.707	3.902.535	3.233.656	2.629.102	2.629.159	0,0%	



...Continuação

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

ATIVO	Notas	Controladora		Consolidado		PASSIVO	Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007			2008	2007		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Numerário disponível		58	3.804	204.142	453.533	Fornecedores	(26)	2.894	932	582.006	628.891
Aplicações financeiras	(8)	1.586.726	874.964	2.217.384	1.536.179	Empréstimos, financiamentos e encargos	(27)	-	-	407.815	537.122
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(9)	-	-	1.445.491	1.581.792	Debêntures e encargos	(28)	-	-	122.499	107.128
Títulos a receber	(10)	-	38	231.621	265.862	Passivos regulatórios	(12)	-	-	97.007	115.831
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(11)	-	-	(153.042)	(153.064)	Folha de pagamento		-	-	8.418	6.633
Ativos regulatórios	(12)	-	-	327.333	647.990	Taxas regulamentares	(29)	-	-	165.798	140.703
Dividendos e juros sobre capital próprio a receber		679.754	872.037	-	-	Entidade de previdência privada	(43)	-	-	12.692	12.302
Fundos vinculados	(16)	64.913	-	70.449	3.017	Tributos e contribuições sociais	(14)	51.563	52.012	260.838	255.622
Serviços em curso		-	-	29.930	41.826	Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	88.589	189.139
Títulos e valores mobiliários	(13)	-	-	79.002	53.957	Parcelamento de tributos e contribuições		-	-	874	837
Tributos e contribuições sociais	(14)	42.571	18.808	167.048	189.350	Dividendos e juros sobre capital próprio	(30)	165.975	220.695	273.393	326.710
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	95.883	95.353	Obrigações estimadas	(31)	37	10	76.689	166.071
Benefício fiscal - ágio incorporado	(17)	-	-	56.293	56.694	Provisão para contingências	(32)	-	-	40.986	37.909
Coligadas, controladas e controladoras		-	-	12.801	-	Coligadas, controladas e controladoras		1	5	(920)	5
Estoques	(18)	-	-	13.636	14.360	Adiantamentos recebidos		-	-	19.601	17.506
Despesas pagas antecipadamente	(20)	-	-	17.499	24.275	Consumidores devolução baixa renda		-	-	1.419	1.458
Outros créditos	(21)	154	249	201.462	222.023	Outras contas a pagar	(33)	10	4	107.884	132.320
TOTAL DO CIRCULANTE		2.374.176	1.769.900	5.016.932	5.033.147	TOTAL DO CIRCULANTE		220.480	273.658	2.266.508	2.676.187
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Realizável a longo prazo						Fornecedores	(26)	-	-	4.174	-
Consumidores, concessionárias e permissionárias	(9)	-	-	448.501	287.456	Empréstimos e financiamentos	(27)	-	-	2.516.297	1.840.549
Títulos a receber	(10)	-	-	309.942	280.676	Debêntures	(28)	-	-	1.874.024	1.941.047
(-) Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD	(11)	-	-	(11.512)	(7.743)	Passivos regulatórios	(12)	-	-	53.128	47.095
Ativos regulatórios	(12)	-	-	229.930	243.454	Taxas regulamentares	(29)	-	-	38.819	25.966
Fundos vinculados	(16)	-	-	64.032	66.134	Entidade de previdência privada	(43)	-	-	187.807	180.667
Depósitos judiciais	(19)	19.387	14.348	96.010	75.974	Tributos e contribuições sociais	(14)	-	-	29.160	27.792
Títulos e valores mobiliários	(13)	-	-	90.633	40.128	Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	50.164	37.449
Tributos e contribuições sociais	(14)	-	-	76.536	100.111	Parcelamento de tributos e contribuições		-	-	3.132	3.832
Tributos e contribuições sociais diferidos	(15)	-	-	104.634	151.662	Provisão para contingências	(32)	494	-	83.053	100.327
Benefício fiscal - ágio incorporado	(17)	-	-	651.660	707.952	Coligadas, controladas e controladoras		-	-	3.641	15.730
Coligadas, controladas e controladoras		205.528	97.464	52.175	49.820	Adiantamentos recebidos		-	-	-	300
Bens e direitos destinados a alienação		-	-	3.066	2.753	Outras contas a pagar	(33)	167	168	47.398	33.993
Despesas pagas antecipadamente	(20)	-	-	33.246	51.454	TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		661	3.809	4.902.886	4.239.017
Outros créditos	(21)	15	15	22.190	32.995	PARTICIPAÇÕES MINORITÁRIAS		-	-	592.304	467.308
Total do realizável a longo prazo		224.930	111.827	21.171.043	2.082.826	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	(34)				
Investimentos						Capital social		4.739.025	4.739.025	4.739.025	4.739.025
Controladas	(22)	5.658.443	5.471.029	-	-	Reservas de capital		2.288	2.288	2.288	2.288
Outros		-	-	16.484	12.911	Reservas de lucros		3.334.427	2.371.098	3.334.427	2.371.098
Total dos investimentos		5.658.443	5.471.029	16.484	12.911	TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		8.075.740	7.112.411	8.075.740	7.112.411
Imobilizado	(23)					PASSIVO TOTAL		8.296.881	7.389.878	15.837.438	14.494.923
Imobilizado - líquido		973	1.071	6.757.875	5.434.553						
Total do imobilizado		973	1.071	6.757.875	5.434.553						
Intangíveis	(24)										
Intangível - líquido		127	114	1.640.973	1.600.461						
Total do intangível		127	114	1.640.973	1.600.461						
Diferido	(25)										
Diferido - líquido		38.232	35.937	234.130	331.025						
Total do diferido		38.232	35.937	234.130	331.025						
TOTAL DO NÃO CIRCULANTE		5.922.705	5.619.978	10.820.506	9.461.776						
ATIVO TOTAL		8.296.881	7.389.878	15.837.438	14.494.923						

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis.



DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007

(R\$ mil)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		2008	2007	2008	2007			2008	2007		
Fornecimento de energia elétrica	(35)	-	-	-	-	RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA					
Energia elétrica de curto prazo - CCEE	(36)	-	-	4.013.476	3.721.337	Custo do serviço de energia elétrica					
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição		-	-	95.012	87.946	Custo com energia elétrica					
Subvenção à baixa renda (tarifa social)		-	-	5.097.419	5.214.561	Energia elétrica comprada para revenda					
Receita de ativo regulatório		-	-	443.773	406.229	Encargos de uso do sistema de transmissão					
Reversão da recomposição tarifária do racionamento		-	-	(8.747)	(30.170)	Custo de operação					
Reversão da energia livre racionamento		-	-	(36.696)	(211.950)	Pessoal					
Receita (reversão) do reposicionamento tarifário		-	-	(35.933)	(35.971)	Entidade de previdência privada					
Parcela de ajuste Transmissão		-	-	(211.390)	(195.613)	Material					
Encargos CBE		-	-	11.844	(31.191)	Combustível para produção de energia elétrica					
Outras receitas operacionais		-	-	(164)	(204)	Serviços de terceiros					
Receita Bruta de Vendas e Serviços	(35)	-	-	9.498.680	9.025.295	Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE					
ICMS		-	-	(1.871.859)	(1.856.490)	Compensação Financeira de Recursos Hídricos					
PIS		-	-	(169.686)	(156.867)	Depreciação e amortização					
COFINS		-	-	(762.714)	(683.908)	Provisão para crédito liquidação duvidosa-PCLD					
ISS		-	-	(4.983)	(3.653)	Provisão para perda da RTE					
Quota para reserva global de reversão - RGR		-	-	(69.432)	(66.779)	Provisão para perda da Energia Livre					
Conta de desenvolvimento energético - CDE		-	-	(48.086)	(104.179)	Provisões para contingências					
Subvenção - conta consumo de combustível - CCC		-	-	(210.955)	(136.798)	Provisão para perda da RTE					
Programa de Eficiência Energética - PEE		-	-	(30.418)	(33.401)	Provisão para perda da Energia Livre					
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT		-	-	(12.122)	(12.499)	Arrendamentos e alugueis					
Empresa de Pesquisa Energética - EPE		-	-	(6.061)	(6.255)	Tributos					
Pesquisa e desenvolvimento - P&D		-	-	(20.510)	(24.141)	Outros custos					
Encargos do Consumidor - Proinfra		-	-	(1.082)	(2.535)	Custo de Serviço Prestado a Terceiros					
Encargos CBE		-	-	161	48	Lucro Operacional Bruto					
Outros		-	-	-	(14)	Despesas operacionais					
Deduções da Receita operacional		-	-	(3.207.747)	(3.087.471)	Despesas com vendas					
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA				6.290.933	5.937.824	Despesas gerais e administrativas					
Custo do serviço de energia elétrica				(3.459.471)	(3.028.976)	Resultado do serviço					
Custo com energia elétrica				(2.658.827)	(2.186.229)	Resultado de participações societárias					
Energia elétrica comprada para revenda				(2.227.834)	(1.882.627)	Equivalência patrimonial					
Encargos de uso do sistema de transmissão				(430.993)	(303.602)	Amortização de ágio - líquida					
Custo de operação				(800.644)	(842.747)	Resultado financeiro					
Pessoal				(131.211)	(108.891)	Receita					
Entidade de previdência privada				(5.567)	(6.561)	Renda de aplicações financeiras					
Material				(21.955)	(26.913)	Juros, comissões e acréscimo moratório de energia					
Combustível para produção de energia elétrica				(35.226)	(35.048)	Remuneração financeira ativos regulatórios					
Serviços de terceiros				(180.810)	(177.217)	Varição monetária					
Taxa de fiscalização serviço energia elétrica - TFSEE				(12.320)	(9.287)	Varição cambial					
Compensação Financeira de Recursos Hídricos				(4.954)	(5.832)	Operações Swap					
Depreciação e amortização				(371.823)	(374.320)	Outras receitas financeiras					
Provisão para crédito liquidação duvidosa-PCLD				(9.950)	(51.004)	Despesa					
Provisão para perda da RTE				-	(9.386)	Encargos de dívida					
Provisão para perda da Energia Livre				-	(24.166)	Remuneração financeira passivos regulatórios					
Provisões para contingências				-	(1.553)	Varição monetária					
Provisão para perda da RTE				(22.023)	-	Varição cambial					
Provisão para perda da Energia Livre				8.988	-	Operações Swap					
Arrendamentos e alugueis				(4.428)	(4.448)	Juros sobre capital próprio a pagar					
Tributos				(1.898)	(921)	Outras despesas financeiras					
Outros custos				(7.467)	(7.200)	Outras receitas					
Custo de Serviço Prestado a Terceiros				(42.051)	(38.939)	Outras despesas					
Lucro Operacional Bruto				2.789.411	2.869.909	Outros resultados					
Despesas operacionais											



...Continuação

BALANÇO SOCIAL CONSOLIDADO

Para os Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2008 e de 2007 (Informação Adicional)

(R\$ mil)

1 - BASE DE CÁLCULO

	2008				2007			
Receita Líquida (RL)	16.713	5,16	0,27	0,25	15.781	4,67	0,27	0,25
Resultado Operacional (RO)	86.124	26,61	1,37	1,31	82.843	24,52	1,40	1,30
Folha de Pagamento Bruta (FPB)	14.560	4,50	0,23	0,22	12.709	3,76	0,21	0,20
Valor Adicionado Total (VAT)	6.565.544	19,78	1,00	1,00	6.378.376	19,78	1,00	1,00

2 - INDICADORES SOCIAIS INTERNOS

	2008				2007			
	R\$ mil	FPB	RL	VAT	R\$ mil	FPB	RL	VAT
Alimentação	16.713	5,16	0,27	0,25	15.781	4,67	0,27	0,25
Encargos sociais compulsórios	86.124	26,61	1,37	1,31	82.843	24,52	1,40	1,30
Previdência privada	14.560	4,50	0,23	0,22	12.709	3,76	0,21	0,20
Saúde	15.045	4,65	0,24	0,23	14.787	4,38	0,25	0,23
Segurança e saúde no trabalho	3.745	1,16	0,06	0,06	3.732	1,10	0,06	0,06
Educação	1.006	0,31	0,02	0,02	816	0,24	0,01	0,01
Capacitação e desenvolvimento profissional	3.654	1,13	0,06	0,06	5.372	1,59	0,09	0,08
Creches ou auxílio-creche	1.236	0,38	0,02	0,02	1.062	0,31	0,02	0,02
Esporte	512	0,16	0,01	0,01	232	0,07	0,00	0,00
Participação nos lucros ou resultados	56.206	17,37	0,89	0,86	59.875	17,73	1,01	0,94
Transporte	2.456	0,76	0,04	0,04	2.092	0,62	0,04	0,03
Outros	2.722	0,84	0,04	0,04	6.988	2,07	0,12	0,11
Total - Indicadores sociais internos	203.978	63,03	3,24	3,11	206.288	61,07	3,47	3,23

3 - INDICADORES SOCIAIS EXTERNOS (1)

	2008				2007			
	R\$ mil	RO	RL	VAT	R\$ mil	RO	RL	VAT
Educação	2.010	0,14	0,03	0,03	4.737	0,32	0,08	0,07
Projeto Jovem Cidadão	541	0,04	0,01	0,01	312	0,02	0,01	0,00
Projeto Energia Social - Treinamento Comunidade	699	0,05	0,01	0,01	2.874	0,20	0,05	0,05
Projeto ArteAção - Parceria Instituto Ayrton Senna	100	0,01	0,00	0,00	130	0,01	0,00	0,00
Outros	670	0,05	0,01	0,01	1.420	0,10	0,02	0,02
Cultura	46.079	3,14	0,78	0,72	38.013	2,59	0,64	0,60
Projeto Faz Cultura	869	0,06	0,01	0,01	187	0,01	0,00	0,00
Patrocínios Diretos	427	0,03	0,01	0,01	328	0,02	0,01	0,01
Lei Rouanet	1.344	0,09	0,02	0,02	2.400	0,16	0,04	0,04
Projetos Lei Audiovisual	4.150	0,28	0,07	0,07	4.200	0,29	0,07	0,07
Projetos Lei Câmara Cascudo	1.906	0,13	0,03	0,03	1.406	0,10	0,02	0,02
Fundo de Cultura	18.000	1,22	0,29	0,28	15.000	1,02	0,25	0,24
Outros	19.383	1,32	0,31	0,30	14.922	0,99	0,24	0,23
Saúde e Saneamento	309	0,02	0,00	0,00	1.020	0,07	0,02	0,02
Esporte	405	0,03	0,01	0,01	312	0,02	0,01	0,00
Patrocínio Regata	-	0,00	0,00	0,00	3	0,00	0,00	0,00
Outros	405	0,03	0,01	0,01	309	0,02	0,01	0,00
Combate a fome e segurança alimentar	-	0,00	0,00	0,00	1	0,00	0,00	0,00
Fundo de Desenvolvimento Social	341.737	23,25	5,76	5,36	331.141	22,53	5,58	5,19
Luz no Campo/ Luz para Todos	231.582	15,76	3,90	3,63	146.513	9,97	2,47	2,30
Doação Conselho Municipal da Criança e do Adolescente	-	0,00	0,00	0,00	34	0,00	0,00	0,00
Programa TEMPO - Natal Voluntários	-	0,00	0,00	0,00	9	0,00	0,00	0,00
Caminhos da Justiça	6	0,00	0,00	0,00	5	0,00	0,00	0,00
Parceria Casa do Menor Trabalhador	101	0,01	0,00	0,00	159	0,01	0,00	0,00
Universalização	110.045	7,49	1,85	1,73	166.133	11,31	2,80	2,60
Projeto ELOS	3	0,00	0,00	0,00	215	0,01	0,00	0,00
Outros	-	0,00	0,00	0,00	18.073	1,23	0,30	0,28
Comunidade	1.363	0,09	0,02	0,02	900	0,06	0,02	0,01
Projeto Coelba ao Seu Lado	60	0,00	0,00	0,00	37	0,00	0,00	0,00
Cine Coelba	70	0,00	0,00	0,00	-	0,00	0,00	0,00
Doações e contribuições	1.234	0,08	0,02	0,02	862	0,06	0,01	0,01
Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico	14.709	1,00	0,25	0,23	19.592	1,33	0,33	0,31
Total das Contribuições para a Sociedade	406.612	27,67	6,85	6,37	395.715	26,93	6,66	6,20
Tributos (Exceto Encargos Sociais)	1.588.874	108,12	26,76	24,91	3.170.133	215,72	53,39	49,70
Total - Indicadores sociais externos	1.995.486	135,79	33,61	31,29	3.565.848	242,65	60,05	55,91

4 - INDICADORES AMBIENTAIS (1)

	2008				2007			
	R\$ mil	RO	RL	VAT	R\$ mil	RO	RL	VAT
Investimentos relacionados com a operação da empresa								
Desapropriação de terras	620	0,04	0,01	0,01	264	0,02	0,00	0,00
Manejo da vegetação	6.990	0,48	0,12	0,11	11.351	0,77	0,19	0,18
Conservação de energia	4.205	0,29	0,07	0,07	5.856	0,40	0,10	0,09
Substituição de equipamentos	932	0,06	0,02	0,01	2.195	0,15	0,04	0,03
Reciclagem de óleo	376	0,03	0,01	0,01	397	0,03	0,01	0,01
Licenciamento ambiental	921	0,06	0,02	0,01	2.145	0,15	0,04	0,03
Rede compacta ou isolada	61.208	4,17	1,03	0,96	65.959	4,49	1,11	1,03
Passivos e Contingências Ambientais (Incineração de Ascarel)	-	0,00	0,00	0,00	1.093	0,07	0,02	0,02
Educação ambiental	124	0,01	0,00	0,00	156	0,01	0,00	0,00
Energia solar fotovoltaica	17.091	1,16	0,29	0,27	30.708	2,09	0,52	0,48
Programa de desenvolvimento tecnológico e industrial	11.672	0,79	0,20	0,18	17.680	1,20	0,30	0,28
Sistema de Gestão Ambiental	64	0,00	0,00	0,00	73	0,00	0,00	0,00
Outros projetos ambientais	10.419	0,85	0,18	0,16	470	0,35	0,01	0,01
Total dos investimentos relacionados com a operação da empresa	114.624	7,80	1,93	1,80	138.083	9,40	2,33	2,16
Investimento em programas e/ou projetos externos	4.086	0,28	0,07	0,06	11.783	0,80	0,20	0,18
Pesquisa e Desenvolvimento	580	0,04	0,01	0,01	495	0,03	0,01	0,01
Projetos de educação ambiental em comunidades	3.506	0,24	0,06	0,05	11.282	0,77	0,19	0,18
Outros	18.418	1,25	0,31	0,29	12.669	0,86	0,21	0,20
Eficientização Energética	11.937	0,81	0,20	0,19	4.145	0,28	0,07	0,06
Doação de refrigeradores e lâmpadas	3.140	0,21	0,05	0,05	2.886	0,20	0,05	0,05
Agente Coelba	3.340	0,23	0,06	0,05	5.638	0,38	0,09	0,09
Outros projetos de efficientização energética	913	0,06	0,02	0,01	765	0,05	0,01	0,01
Educação ambiental para comunidade	740	0,05	0,01	0,01	711	0,05	0,01	0,01
Projeto SOS Energia - Corrente de Vida	172	0,01	0,00	0,00	55	0,00	0,00	0,00
Outros projetos educacionais	292	0,02	0,00	0,00	332	0,02	0,01	0,01
Preservação e/ou recuperação de ambientes degradados	13	0,00	0,00	0,00	669	0,05	0,01	0,01
Outros	20.216	1,38	0,34	0,32	14.931	1,02	0,25	0,23
Total dos investimentos em programas e/ou projetos externos	134.839	9,18	2,27	2,11	153.014	10,41	2,58	2,40
Total dos investimentos em meio ambiente								
Quantidade de processos ambientais, administrativos e judiciais movidos contra a entidade				85				129
Valor das multas e das indenizações relativas à matéria ambiental, determinadas administrativa e/ou judicialmente				130				212
Passivos e contingências ambientais				14				101
Quanto ao estabelecimento de meta anual para minimizar resíduos, o consumo em geral na produção/operação e aumentar a eficiência na utilização de recursos naturais, a empresa:				() Não possui Metas, () Cumprido de 0 a 50%, () Cumprido de 51 a 75%, (x) Cumprido de 76 a 100%				() Não possui Metas, () Cumprido de 0 a 50%, () Cumprido de 51 a 75%, (x) Cumprido de 76 a 100%

5 - INDICADORES DO CORPO FUNCIONAL

	2008		2007	
	Nº	%	Nº	%
Nº de empregados(as) ao final do período	5.193	100,00	5.937	100,00
Nº de admissões durante o período	266	5,12	1.469	24,71
Nº de desligamentos durante o período	299	5,76	337	5,68
Nº de empregados(as) terceirizados (1)	16.484	317,56	19.489	328,29
Nº de estagiários(as) (1)	279	5,37	277	4,67
Nº de empregados acima de 45 anos	2.442	47,02	2.643	44,52
Nº de empregados por faixa etária, nos seguintes intervalos:				
menores de 18 anos	3	0,06	8	0,13
de 18 a 35 anos	1.465	28,42	1.443	24,30
de 36 a 60 anos	3.684	70,92	3.762	63,37
acima de 60 anos	41	0,79	13	0,22
Nº de empregados por nível de escolaridade, segregados por: analfabetos	0	0,00	0	0,00
com ensino fundamental	379	7,30	679	11,43
com ensino médio	1.331	25,63	1.732	29,19
com ensino técnico	1.607	30,95	1.138	19,17
com ensino superior	1.529	29,43	1.390	23,42
pós-graduados	348	6,70	289	4,87
Nº de empregados por sexo:				
homens	4.033	77,66	4.072	68,61
mulheres	1.159	22,34	1.157	19,39
% de cargos de chefia por sexo:				
homens	46%	82%		
mulheres	12%	18%		
Nº de negros(as) que trabalham na empresa	3.125	60,38	1.290	21,73
% de cargos de chefia ocupados por negros(as)	23%	14%		
Nº de empregados portadores(as) de deficiência ou necessidades especiais (1)	163	3,14	160	2,71
Remuneração bruta segregada por:				
Empregados	251.665	48,45	259.061	43,63
Administradores	5.480	0,10	5.528	0,09

6 - INFORMAÇÕES RELEVANTES QUANTO AO EXERCÍCIO DA CIDADANIA EMPRESARIAL (1)

	2008		2007	
	Nº	%	Nº	%
Relação entre a maior e a menor remuneração na empresa	93	1,81	-	-
Nº total de acidentes de trabalho	175	3,35	197	3,32
Os projetos sociais e ambientais desenvolvidos pela empresa foram definidos por:	() direção e gerências empregados	(x) direção e gerências empregados	() direção e gerências empregados	(x) direção e gerências empregados
Os padrões de segurança e salubridade no ambiente de trabalho foram definidos por:	() direção e gerências empregados	(x) direção e gerências empregados	() direção e gerências empregados	(x) direção e gerências empregados
Quanto à liberdade sindical, ao direito de negociação coletiva e à representação interna dos(as) trabalhadores(as), à empresa:	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT	() não se envolve	(x) segue as normas da OIT
A previdência privada contempla:	() direção e gerências empregados	(x) todos os empregados	() direção e gerências empregados	(x) todos os empregados
A participação nos lucros ou resultados contempla:	() direção e gerências empregados	(x) todos os empregados	() direção	



...Continuação

	31/12/2007	
	Publicado	Reclassificado
Demonstração de Resultado		
Receita Bruta de Vendas e/ou Serviços	9.025.285	9.025.295
Fornecimento de energia elétrica	4.980.160	3.721.337
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	3.955.738	5.214.561
Encargos CBBE	89.601	(204)
Outros	(214)	89.601
Deduções da Receita Bruta	(3.083.743)	(3.087.471)
PIS	(156.204)	(156.867)
COFINS	(680.852)	(683.908)
Encargos CBBE	56	48
Outros	(2.246.743)	(2.246.744)
Receita Líquida de Vendas e/ou Serviços	5.941.542	5.937.824
Custos e Despesas Operacionais	(3.765.852)	(3.762.134)
Custo de operação	(3.030.843)	(3.067.916)
Com vendas	(340.555)	(299.764)
Gerais e administrativas	(394.454)	(394.454)
Resultado Financeiro	(580.618)	(580.618)
Resultado de participações societárias	(125.545)	(125.545)
Resultado Operacional	1.469.527	1.469.527
Resultado Não Operacional	(12.952)	(12.952)
Imposto de Renda e Contribuição Social	(268.900)	(268.900)
Reversão dos Juros sobre Capital Próprio	339.831	339.831
Participações minoritárias	(187.457)	(187.457)
Lucro do Exercício	1.340.049	1.340.049

Informações adicionais estão sendo apresentadas em notas explicativas e quadros suplementares em atendimento às instruções contidas no Ofício Circular nº 2.775, da SFF/ANEEL, de 24 de dezembro de 2008.

A administração da Companhia autorizou a conclusão da preparação destas demonstrações contábeis em 19 de janeiro de 2009.

5 Sumário das Principais Práticas Contábeis

5.1. Práticas Contábeis Gerais

Aplicações financeiras
Estão registradas pelo valor original acrescido dos rendimentos auferidos até as datas de encerramento das demonstrações contábeis, ajustados pelo critério pro rata.

Consumidores, concessionárias e permissionárias
Engloba as contas a receber com fornecimento, suprimento de energia e uso da rede, faturado e não faturado, este por estimativa, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Títulos e valores mobiliários
Estão demonstrados pelo custo, acrescido das remunerações contratadas, reconhecidas proporcionalmente até as datas de encerramento das demonstrações contábeis e não excedem o seu valor de mercado.

Estoques (inclusive do ativo imobilizado)
Os materiais em estoque, classificados no Ativo Circulante (almoxarifado de manutenção e administrativo) e aqueles destinados a investimentos, classificados no Ativo Não Circulante - Imobilizado (depósito de obras), estão registrados ao custo médio de aquisição e não excedem os seus custos de reposição ou valores de realização, deduzidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Investimentos
Os investimentos em empresas controladas e coligadas estão avaliados pelo método da equivalência patrimonial. Os demais representam investimentos em bens imóveis, ações e quotas de direitos sobre a comercialização de obra audiovisual, que não se destinam ao objetivo da concessão e estão registrados pelo custo de aquisição, líquidos de provisões para perdas, quando aplicável.

Imobilizado
Registrado ao custo de aquisição, formação ou construção, atualizado monetariamente com base na legislação em vigor até 31 de dezembro de 1995 (inclusive juros e demais encargos financeiros vinculados ao projeto ou construção), deduzido da depreciação acumulada. O valor contábil líquido do ativo imobilizado, assim como dos outros ativos de longa duração, não excedem ao seu valor recuperável.

Intangível
Registrado pelo custo de aquisição das faixas de servidões permanentes e software de manutenção de sistema corporativo, este último deduzido da amortização acumulada.

Diferido
Registrado ao custo de aquisição e formação, deduzido da amortização, a qual é calculada pelo método linear num prazo que não excede 10 anos. A Companhia reclassifica o saldo de ágio, cujo fundamento econômico é a expectativa de rentabilidade futura, para o grupo de ativo intangível, inclusive de forma retroativa.

Emprestimos, financiamentos e debêntures
As obrigações em moeda nacional são atualizadas pela variação monetária e pelos juros incorridos até as datas dos balanços, de acordo com os termos dos contratos financeiros, deduzidas dos custos de transação incorridos na captação dos recursos.

De acordo com o preconizado no CPC 14, as obrigações em moeda estrangeira são consideradas como itens objeto de hedge (*hedge accounting*), e estão contabilizados pelos seus valores de mercado.

Derivativos
As controladas COELBA e CELPE firmam contratos derivativos de swap com o objetivo de administrar a exposição de riscos associados com variações nas taxas cambiais. De acordo com o preconizado no CPC 14, esses derivativos foram contabilizados como instrumentos financeiros destinados a hedge (*hedge accounting*).

As controladas não têm contratos derivativos com fins comerciais e especulativos. (vide nota explicativa nº 40).

Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos
São calculados com base nas alíquotas efetivas, vigentes na data da elaboração das demonstrações contábeis, do imposto de renda e contribuição social quando da parcela corrente e reconhecido o diferimento em função dos prejuízos fiscais, bases negativas e das diferenças intertemporais.

As controladas COELBA, CELPE, COSERN, ITAPEBI e TERMOPEERNAMBUCO, têm direito a redução do Imposto de Renda (Incentivo Fiscal Sudeste), calculada com base no lucro de exploração (vide nota explicativa nº 34).

Plano previdenciário e outros benefícios aos empregados
Os custos associados ao plano de aposentadoria e pensão e os relacionados ao plano de assistência médica das controladas COELBA, CELPE e COSERN são reconhecidos pelo regime de competência e em conformidade com a deliberação CVM nº 371/2000, baseando-se em cálculo atuarial elaborado por atuário independente.

Apuração do resultado
As receitas e despesas são reconhecidas pelo regime contábil de competência de cada exercício apresentado. As receitas de todos os serviços prestados são reconhecidas quando auferidas. O faturamento de energia elétrica para todos os consumidores é efetuado mensalmente de acordo com o calendário de leitura do consumo. A receita não faturada, correspondente ao período decorrido entre a data da última leitura e o encerramento do mês, é estimada e reconhecida como receita no mês em que a energia foi consumida. Historicamente, a diferença entre a receita não faturada estimada e o consumo real a qual é reconhecido no mês subsequente, não tem sido relevante.

Use de estimativas
A preparação de demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas de contabilidade adotadas no Brasil requer que a Administração da Neoenergia, baseada em estimativas, faça o registro de certas transações que afetam os ativos e passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações sobre dados das suas demonstrações contábeis. Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas.

As principais estimativas relacionadas às demonstrações contábeis consolidadas referem-se ao registro dos efeitos decorrentes da formação de provisões para perdas de distribuição não faturada, da provisão para créditos de liquidação duvidosa, provisão para contingências, realizações dos impostos e contribuições sociais diferidos, ágio e da recomposição tarifária.

Demais direitos e obrigações
Outros ativos e passivos, circulantes e não circulantes, sujeitos à variação monetária por força de legislação ou cláusulas contratuais, estão corrigidos com base nos índices previstos nos respectivos dispositivos, de forma a refletir os valores atualizados até a data das demonstrações contábeis. Os demais estão apresentados pelos valores incorridos na data de formação, sendo os ativos reduzidos de provisão para perdas e/ou ajuste a valor presente, quando aplicável.

5.2. Práticas Contábeis Regulatórias - Específicas do Setor Elétrico

Plano de contas
As controladas e sua controladora adotam o plano de contas contido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e alterações estabelecidas através da Resolução ANEEL nº 473 de 06 de março de 2006 e 219, de 11 de abril de 2006, e Despachos nºs 657, de 30 de março de 2006, 3.033 de 21 de dezembro de 2006, 3.073 de 28 de dezembro de 2006 e 4.815 de 26 de dezembro de 2008.

Ativos e passivos regulatórios
Tratam-se de valores realizáveis ou exigíveis em decorrência do contrato de concessão das controladas, que tem como objetivo, dentre outros, assegurar o equilíbrio econômico financeiro da concessão (vide nota explicativa nº 12).

O contrato prevê que "As tarifas devem cobrir os custos necessários ao desenvolvimento das atividades, desde que assegurado o adequado nível de eficiência das concessionárias ou permissionárias e a acuracidade das informações contábeis."

Provisão para créditos de liquidação duvidosa - PCLD
Está reconhecida em valor considerado suficiente pela administração para cobrir as prováveis perdas na realização das contas a receber de consumidores e títulos a receber cuja recuperação é considerada improvável.

E constitui com base nos valores a receber dos consumidores da classe residencial vencidos há mais de 90 dias, da classe comercial vencidos há mais de 180 dias e das classes industrial, rural, pedreiros públicos, iluminação pública e serviços públicos vencidos há mais de 360 dias, conforme definido no Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica. Considera também, uma análise individual dos títulos a receber e do saldo de cada consumidor, de forma que se obtenha um julgamento adequado dos créditos considerados de difícil recebimento, baseando-se na experiência da Administração em relação às perdas efetivas, na existência de garantias reais, entre outros.

Engloba os recebíveis faturados, até o encerramento do balanço, contabilizado com base no regime de competência.

Ativo imobilizado em serviço - AIS (controladas)

- Reserva técnica imobilizada
- Compreende o bem, ou conjunto de bens, que, por razões de ordem técnica voltada à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, embora não estando em serviço, esteja à disposição e que poderá entrar em operação de imediato. Sua contabilização obedece a todos os preceitos do ativo imobilizado em serviço, exceto quanto à depreciação, que deverá ser paralisada enquanto o respectivo bem se encontrar nessa situação.
- Bens e instalações em função do serviço concedido
- Os bens e direitos em função do serviço concedido são cadastrados e controlados pela concessionária e permissionária em sistemas auxiliares ou em registros suplementares, por meio de Unidade de Cadastro - UC e Unidade de Adição e Retirada - UAR, por Ordem de Imobilização - ODI, conta contábil, data de sua transferência (capitalização) para o Imobilizado em Serviço.
- Depreciação
- A depreciação é calculada pelo método linear, tomando-se por base os saldos contábeis registrados nas respectivas Unidades de Cadastro - UC, conforme determina a Resolução ANEEL nº 015 de 24 de dezembro de 1997 e a Portaria DNEAEE nº 815, de 30 de novembro de 1994. As taxas anuais estão determinadas na tabela anexa às Resoluções ANEEL nº 02, de 24 de dezembro de 1997, e nº 44, de 17 de março de 1999, e nº 473, de 06 de março de 2006 para COELBA, CELPE e TERMOPEERNAMBUCO e revogada pela Resolução ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006 para COSERN.

Ativo imobilizado em curso - AIC (Controladas)

- Bens e instalações em formação ou construção
- Roteio de Administração Geral (RAG)
- As despesas administrativas e gerais, decorrentes dos gastos com pessoal próprio, prestação de serviços, arrendamentos e alugueis e outros, são apropriadas, mensalmente, às imobilizações e demais ordens em curso, com base em critérios adequadamente fundamentados.
- Encargos Financeiros
- Em função do disposto na Instrução Contábil nº 6.3.10 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, instituído pela Resolução ANEEL nº 444, de 26 de outubro de 2001 e a Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, os juros, variações monetárias e encargos financeiros, relativos aos financiamentos obtidos de terceiros, efetivamente aplicados no imobilizado em curso, estão apropriados às ordens em curso como custo.

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica
Representa o saldo de valores e/ou bens recebidos de Municípios, de Estados, da União Federal e de Consumidores em geral, relativos a doações e participação em investimentos realizados em parceria com as concessionárias, amortizados a mesma taxa média de depreciação dos ativos. (vide nota explicativa nº 23).

Em atendimento à Instrução Contábil 6.3.23 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica, as Obrigações Vinculadas à Concessão, registradas em grupo específico no Passivo Não Circulante, estão apresentadas como dedução do Ativo Não Circulante - Imobilizado, dadas suas características de aporte financeiro com fins específicos de financiamento para obras.

Taxas regulamentares

- Reserva Global de Reversão (RGR)
- É um encargo do setor elétrico brasileiro pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3,0% de sua receita anual.
- Conta Consumo de Combustível (CCC)
- É a parcela da receita tarifária paga pelas distribuidoras, nos sistemas interligados com dupla destinação: 1) pagar as despesas com o combustível usado nas termicas que são acionadas para garantir as incertezas hidrológicas e 2) subsidiar parte das despesas com combustível nos sistemas isolados para permitir que as tarifas elétricas naqueles locais tenham níveis semelhantes aos praticados nos sistemas interligados.

• Conta de Desenvolvimento Energético (CDE)
No o objetivo de promover o desenvolvimento energético dos Estados e a competitividade da energia produzida, a partir de fontes alternativas, nas áreas atendidas pelos sistemas interligados, permitindo a universalização do serviço de energia elétrica. Os valores a serem pagos também são definidos pela ANEEL.

• Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)
São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL, para as distribuidoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.

• Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)
Os valores da taxa de fiscalização incidem sobre a distribuição de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

• Encargo do Serviço do Sistema - ESS
Representa o custo incorrido para manter a confiabilidade e a estabilidade do Sistema Interligado Nacional para o atendimento do consumo de energia elétrica no Brasil. Esse custo é apurado mensalmente pela CCEE e é pago pelos agentes da categoria consumo aos agentes de geração.

Receta não faturada
Corresponde à receita de fornecimento de energia elétrica, entregue e não faturada ao consumidor e à receita de utilização da rede de distribuição não faturada, calculada em base estimada, referente ao período após a medição mensal e até o último dia do mês.

Operações de compra e venda de energia elétrica na câmara de comercialização de energia elétrica - CCCE
Os registros das operações de compra e venda de energia na CCCE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da administração das controladas, quando essas informações não estão disponíveis.

7 Procedimentos de Consolidação

As demonstrações contábeis foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pela Instrução nº 247 de 27 de março de 1996 da CVM e incluem a Neoenergia e suas controladas.

As demonstrações contábeis da controlada em conjunto TERMOAQU, foram consolidadas com base no método de consolidação proporcional, aplicável sobre cada componente das demonstrações contábeis da investida.

Os principais procedimentos de consolidação são:

- Eliminação dos saldos das contas de ativos e passivos entre as empresas consolidadas;
- Eliminação das participações no capital, reservas e lucros acumulados das empresas consolidadas;
- Eliminação dos saldos de receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas.

Para fins de apresentação das demonstrações contábeis consolidadas, o ágio pago pela Neoenergia S.A. na aquisição de investimentos foi reclassificado para o ativo intangível (vide nota explicativa nº 24).

O balanço patrimonial e a demonstração do resultado para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007 da controlada em conjunto TERMOAQU, estão assim compostos, de forma condensada:

	Balanços Patrimoniais	
	31/12/08	31/12/07
Ativo	201.716	199.902
Circulante	20.278	9.057
Não Circulante	181.438	190.845
Passivo	201.716	199.902
Circulante	24.289	5.153
Não Circulante	17.168	17.320
Patrimônio Líquido	160.259	177.429
Demais demonstrações do Resultado TERMOAQU	31/12/08	31/12/07
Receita operacional líquida	25.675	25.675
Custo de bens e serviços vendidos	(23.334)	(23.334)
Resultado bruto	2.341	2.341
Recargas (despesas) operacionais	(1.157)	(1.157)
Resultado do serviço	1.184	1.184
Diferidas (despesas) financeiras	(133)	(133)
Resultado da equivalência patrimonial	-	-
Resultado operacional	1.051	1.051
Resultado não operacional	-	-
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	1.051	1.051
Imposto de renda e contribuição social	(363)	(363)
Reversão Juros sobre Capital Próprio	-	-
Lucro líquido do exercício	688	688

8 Aplicações Financeiras

Agente Financeiro	Tipo de Aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Controladora		Consolidado	
				31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Banco do Brasil (*)	Fundo de Investimento	(*)	100% CDI	157.488	174.564	421.763	445.519
Banco do Brasil	CDI	(*)	Diversas	105.860	-	106.161	-
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	100% CDI	-	-	27.354	-
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	(*)	Renda variável	-	-	5.747	-
Banco do Brasil (*)	Fundo de Renda Fixa	(*)	CDI	-	-	146.026	168.808
Banco do Brasil	Diversos	Diversos	Diversos	-	-	52.756	28.903
Bradesco	CDI	(*)	100% CDI	-	-	7.064	81.368
Bradesco (*)	Fundo de Investimento	(*)	Diversas	746.038	479.676	796.171	479.676
Bradesco	Título de Capitalização	fev/08	Diversas	-	-	153	153
Banco Itaú (*)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	204.466	-	204.492	34.532
Banco Itaú	Fundo de renda fixa	(*)	CDI	-	-	553	530
Citibank	Fundo de renda fixa	Dispon	50,0% CDI	-	-	-	2.140
Banco Votorantim (*)	Fundo de Renda Fixa	(*)	Diversas	102.401	220.124	102.401	220.124
BNP Paribas	Fundo de Investimento	(*)	CDI	-	-	19	37
Unibanco (*)	Fundo de Investimento	(*)	CDI	216.284	-	267.855	66.058
Banco do Nordeste	Cart. de Clientes/CDI	(*)	97% CDI	-	-	13.889	7.731
Banco do Nordeste	CDI	ago/10	95% CDI	-	-	10.791	-
Caixa Econômica Federal	CDI	mai/09	101% CDI	54.189	54.189	-	-
Total				1.586.726	874.964	2.217.384	1.536.179

(*) Fundo de Investimento exclusivo do Grupo Neoenergia, tendo a Companhia como participante. Sua carteira procura seguir a variação do CDI e é composta principalmente de LFTS - Letras Financeiras do Tesouro, CDBs - Certificado de Depósito Bancário e LTNs - Letras do Tesouro Nacional swapadas para CDI.

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

9 Consumidores, Concessionárias e Permissionárias

	Saldos vencidos			Consolidado			PCLD		
	Saldos vencidos	Total		31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
		Até 90 dias	Mais de 90 dias						
Setor Privado									
Residencial	476.655	121.536	89.060	687.251	631.783	(28.497)	(39.232)		
Industrial	148.426	21.167	72.844	242.437	214.102	(41.956)	(29.517)		
Comercial, serviços e outras	203.644	46.125	43.344	293.114	286.846	(20.235)	(19.518)		
Rural	46.299	16.695	36.875	99.869	95.831	(15.893)	(12.814)		
Total	875.024	205.524	242.123	1.322.611	1.238.562	(106.551)	(101.081)		
Setor Público									
Poder Público Federal	8.742	605	2.177	11.524	12.354	(1.833)	(635)		
Estadual	16.660	1.066	2.479	20.205	25.535	(2.058)	(2.136)		
Municipal	16.258	11.568	5.419	33.246	39.590	(1.741)	(5.160)		
Iluminação pública	41.661	12.239	10.074	64.974	77.479	(6.122)	(7.801)		
Serviço público	28.135	10.525	10.894	49.554	58.861	(3.524)	(6.155)		
Fornecimento não faturado	35.243	17.103	7.199	59.545	53.045	(8.222)	(7.756)		
Subtotal - Consumidores	76.147	-	-	76.147	221.955	-	-		
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE	1.056.210	246.391	270.291	1.572.891	1.649.902	(123.429)	(122.823)		
Contratos Bilaterais	27.110	-	65.376	92.486	87.164	-	-		
Acrescimos moratórios	15.279	14.250	22.325	51.854	44.060	(1.300)	-		
Serviços prestados a terceiros	3.388	1.621	4.569	9.578	13.331	-	-		
Disponibilização do sistema de Transmissão e Distribuição	10.018	783	2.215	13.016	31.967	-	-		
Suprimento	184	-	-	184	196	-	-		
Outros créditos	121.741	2.278	29.963	153.982	42.628	(725)	(8.316)		
Total	1.233.930	265.323	394.739	1.893.991	1.869.248	(125.454)	(131.139)		
Ativo Circulante	-	-	-	1.445.491	1.581.792	(125.245)	(130.925)		
Ativo Não Circulante	-	-	-	448.500	287.456	(209)	(214)		

As contas a receber de longo prazo representam os valores resultantes da consolidação de débitos de contas de fornecimento de energia vencidos de consumidores inadimplentes e parcelamentos com vencimento futuro, cobrados em contas de energia. Incluem juros e multa.

Câmara de comercialização de energia elétrica - CCEE
Os valores correspondentes às operações junto a CCEE, foram registrados levando-se em consideração informações divulgadas pela mesma.

As operações de venda de "energia de curto prazo" no âmbito da CCEE, (Mercado Atacadoista de Energia - MAE, a época) do período de setembro de 2000 a dezembro de 2002, cujo processo de liquidação foi concluído em julho de 2003, após conclusão dos trabalhos da auditoria, e as realizadas após essa data, geraram um direito de crédito para as Controladas COELBA, CELPE, COSERN e NC ENERGIA, conforme demonstrado a seguir:

	Consolidado	
	31/12/08	31/12/07
Valores a Receber - setembro/2000 a dezembro/2002	51.418	48.796
Valores negociados com os agentes	1.886	2.802
Valores não negociados	14.186	14.079
Valores a Receber do período	27.110	21.487
Total	94.600	87.164
Ativo Circulante	29.224	23.856
Ativo Não Circulante	65.376	63.308

Os valores da "energia de curto prazo" podem estar sujeitos a modificações dependendo



...Continuação

CVA	Consolidado				Saldo em 31/12/07
	Saldo em 31/12/07	Remuneração	Constituição	Amortização	
CCC	20.030	2.568	53.017	(21.493)	54.122
CDE	1.168	82	220	(1.066)	404
ESS	42	6.470	83.180	(1.332)	88.360
TFSEE	-	450	10.257	(7.755)	2.952
TRANSPORTE CONEXÃO	12.709	1.139	14.390	(4.673)	23.565
ENERGIA COMPRADA	117.729	39	2.023	(3.089)	116.702
PROINFA	1.856	285	3.338	(4.207)	1.272
Total	153.534	11.235	278.083	(252.943)	189.909

CVA	Consolidado				Saldo em 31/12/07
	Saldo em 31/12/07	Remuneração	Constituição	Amortização	
CCC	21.677	74	6.016	(21.839)	5.928
CDE	28	10	-	(27)	11
ESS	1	(1)	544	(1)	543
TRANSPORTE	9.496	(11)	4.140	(13.726)	29
ENERGIA COMPRADA	29.955	1.454	55.398	(18.818)	67.989
PROINFA	4	135	1.613	(1.305)	447
Total	61.161	1.791	67.711	(55.716)	74.947

● **Reposicionamento Tarifário**

● **COELBA E CELPE**

A ANEEL, através das Resoluções Homologatórias nº 104, de 18 de abril de 2005 e 326, de 28 de abril de 2006, homologou o resultado final da primeira revisão tarifária periódica da COELBA e CELPE, respectivamente, fixando o reposicionamento tarifário em 38,78% e 23,57%, aplicável sobre as tarifas vigentes no período anterior à referida revisão.

Na COELBA o prazo de recuperação desse ativo regulatório, decorrente da receita diferida encerrou-se em abril de 2008, com uma perda financeira para a controlada no montante de R\$ 52.707. Na CELPE não foi incluída no reajuste de abril de 2008 a última parcela do reposicionamento tarifário, à qual foi postergada para abril de 2009, data da próxima Revisão Tarifária.

● **AFLUENTE**

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 670, de 24 de junho de 2008, homologou na Parcela de Afluente (PA) da Afluente o montante de R\$ 8.902, relacionado a remuneração da PA de ativos da Transmissora, sendo R\$ 6.162 referente ao PA da rede básica e R\$ 2.740 referente ao PA da fronteira. O referido montante foi calculado para o período de novembro de 2005 a junho de 2006.

	Consolidado	
	Ativo	Passivo
Constituição	1.195.946	1.195.946
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(61.979)	(61.979)
Remuneração	142.069	142.069
(-) Amortização	(982.170)	(982.170)
Total em 31 de Dezembro de 2007	293.866	293.866
Constituição	337.198	337.198
(-) Provisão para ajuste ao valor de realização	(6.072)	(6.072)
Remuneração	47.111	47.111
(-) Amortização	(440.533)	(440.533)
(-) Baixa do ativo	(52.707)	(52.707)
Total em 31 de Dezembro de 2008	178.883	178.883
Ativo Circulante	131.439	131.439
Ativo Não Circulante	47.444	47.444
(d) Energia Elétrica Excedente - Sobrecontratação		
O Decreto nº 5.163, de 30 de julho de 2004, em seu art. 38, determina que no repasse dos custos de aquisição de energia elétrica as tarifas dos consumidores finais, a ANEEL deverá considerar até 103% (cento e três por cento) do montante total de energia elétrica contratada em relação a carga anual de fornecimento do agente de distribuição. Este repasse foi regulamentado pela resolução ANEEL nº 255, de 6 de março de 2007.		

18 Títulos e Valores Mobiliários

Agente Financeiro	Tipo de aplicação	Vencimento	Taxas (%)	Consolidado	
				31/12/08	31/12/07
Banco do Brasil	Fundo de Investimento	Diversos	Variável	8.731	13.338
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Diversos	99% CDI	65.600	36.770
Banco Nordeste do Brasil	CDB	Jul/16	96% CDI	20.589	-
Bradesco	CDB	Diversos	100,5% CDI	136	704
Bradesco	CDB	fev/10	100,7% CDI	-	555
Bradesco	CDB	set/13	98,7% CDI	1.799	742
Bradesco	CDB	Diversos	98,8% CDI	4.250	2.409
Bradesco	Fundo Recife	(*)	CDI	4.040	-
Bradesco	Fundo de Investimento	(*)	CDI	3.708	-
Santander	CDB	jan/09	100,5% CDI	1.672	1.499
Santander	CDB/ICDI	jan/10	100,7% CDI	11.168	-
Santander	CDB	ago/10	101% CDI	5.085	4.608
Santander	CDB	jan/08	100,7% CDI	-	16.939
Banco do Brasil	CDB	Diversos	Diversos	-	11.533
Banco do Brasil	CDB	jan/08	99% CDI	-	4.988
Banco do Brasil	Fundos de Investimentos	Jul/10	CDI	42.113	-
Banco do Brasil	Títulos Públicos	mar/09	99% CDI	744	-
Total				169.635	94.085
Ativo Circulante				79.002	53.957
Ativo Não Circulante				90.633	40.128

(*) Aplicações sem vencimento pré-determinado.

14 Tributos e Contribuições Sociais

	Controladora				Consolidado			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de Renda - IR	Ref. 31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Contribuição Social - CSLL	(1)	444	210	10	6.732	49.340	8.330	1.630
ICMS	(2)	-	-	-	144.248	162.977	131.408	129.990
PIS	(3)	19	18	8.212	4.213	4.541	727	18.988
COFINS	(3)	630	630	37.916	22.829	24.778	7.456	77.079
INSS	-	-	101	22	2.073	2.629	7.960	7.294
FGTS	-	-	6	2	-	1.933	1.701	-
IDF	-	3.097	2.810	296	18	3.099	2.811	296
IOF	-	-	9	-	11	-	1.227	-
REFIS	(4)	-	-	-	2.413	3.719	-	-
Outros	-	25	25	-	714	3.621	5.925	8.324
Total		42.571	18.808	51.563	52.012	243.584	289.461	289.998
Circulante		42.571	18.808	51.563	52.012	167.048	189.350	260.838
Não Circulante		-	-	-	76.566	100.111	29.160	27.792

(1) O ativo de Imposto de Renda (IR) e Contribuição Social Sobre Lucro Líquido (CSLL) antecipados correspondem, principalmente, aos montantes recolhidos, quando das apurações tributárias mensais, nos termos do artigo 2º da Lei 9.430, de 27 de dezembro de 1996, além das antecipações de aplicações financeiras e órgãos públicos e retenção na fonte referente a serviços prestados. O passivo corresponde ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) incidente sobre faturas a pagar a fornecedores e folha de pagamento, e nas controladas COELBA e COSERN incluem ainda o IRRF sobre os Juros sobre Capital Próprio, em favor da Neoenergia, depositado em juízo, conforme nota explicativa nº 19.

(2) O imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) ativo está composto da seguinte forma:

- ICMS a recuperar sobre Ativo Permanente (CIAP) decorrente das aquisições de bens destinados ao ativo imobilizado, registrado com base na Lei Complementar nº 102, de 11 de julho de 2000.
- ICMS a recuperar na compra de geladeiras para o Projeto de Eficiência Energética e ICMS antecipado referente a diferença de alíquota nas compras interestaduais.

(3) O ativo de PIS e COFINS a compensar decorrem do regime de apuração não-cumulativo estabelecido pelas Leis 10.637/02 e 10.833/03, respectivamente, da apuração mensal e das antecipações de órgãos públicos.

15 Tributos e Contribuições Sociais Diferidos

	Consolidado			
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Imposto de Renda	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Prejuízos Fiscais	25.718	6.430	169.377	42.344
Diferenças Temporárias	564.128	141.008	557.212	139.279
Total	589.846	147.438	726.589	181.623
Contribuição Social	31/12/08	31/12/07	31/12/08	31/12/07
Base Negativa	25.718	2.315	169.377	15.244
Diferenças Temporárias	564.128	50.762	557.212	50.148
Total	589.846	53.077	726.589	65.392
PIS	-	-	298.446	4.924
Diferenças Temporárias	-	-	298.446	4.924
COFINS	-	-	298.446	22.682
Diferenças Temporárias	-	-	298.446	22.682
Total	200.516	247.015	138.753	226.588
Circulante	95.883	95.353	88.589	189.139
Não Circulante	104.634	151.662	50.164	37.449

A base de cálculo das diferenças temporárias é composta como segue:

	Consolidado					
	31/12/08		31/12/07		31/12/07	
	IR	CSLL	PIS	COFINS	IR	CSLL
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	69.856	69.856	-	-	88.027	88.027
Provisão para contingências	163.220	163.220	-	-	168.567	168.567
Provisão para passivo atuarial	197.941	197.941	-	-	189.926	189.926
Provisão para demissão voluntária	533	533	-	-	9.723	9.723
PIS/COFINS diferidos	6.618	6.618	-	-	137.048	137.048
Recomposição tarifária extraordinária	74.564	74.564	71.546	71.546	31.895	12.472
Reposicionamento tarifário	174.432	174.432	174.432	174.432	289.579	289.579
Redução das Tarifas de Uso do Sistema de Distribuição	-	-	-	-	6.856	6.856
Subsídio a Irrigantes	-	-	-	-	9.051	9.051
Exposição Financeira	-	-	-	-	159	159
Compra de energia	44.233	44.233	44.233	44.233	49.545	49.545
Energia livre	-	-	6.153	6.153	1.417	1.417
Provisão Agente Arrecadador	2.098	2.098	-	-	-	-
Outras Provisões Fiscais	1.433	1.433	-	-	-	-
Programa Luz para Todos	-	-	-	-	15.955	15.955
Desconto Autoprodutor de Energia	-	-	-	-	4.307	4.307
Provisão PLR	14.993	14.993	-	-	-	-
Precatório Fiscal	11.718	11.718	-	-	-	-
Pesquisa e Desenvolvimento	9.358	9.358	-	-	9.358	9.358
Depreciação Indutível (Provisão para contingências ambientais)	3.588	3.588	-	-	-	-
Erros na Lei 11.638/07	62.363	62.363	-	-	-	-
Provisão Desvalorização Banco Santos	5.000	5.000	-	-	-	-
Outros	49.155	49.155	2.082	2.082	69.122	70.284
Total	891.103	891.103	298.446	298.446	1.080.535	1.062.274
Ativo	564.128	564.128	-	-	557.212	557.212
Passivo	326.975	326.975	298.446	298.446	523.323	505.062

Estudos técnicos de viabilidade, apreciados e aprovados pelos Conselhos de Administração e Fiscal das Controladas, indicam a plena recuperação dos valores de impostos diferidos reconhecidos como definido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002 e correspondem às melhores estimativas da Administração sobre a evolução futura das controladas e do mercado que as mesmas operam, cuja expectativa de realização dos créditos fiscais está representada a seguir:

Expectativa de Realização	Consolidado						Total
	2009	2010	2011	2012	2013	2014-2017	
Imposto de Renda	70.489	51.324	7.515	7.382	3.847	6.881	147.438
Contribuição Social	25.394	18.471	2.703	2.655	1.382	2.474	53.079
Total	95.883	69.795	10.218	10.037	5.229	9.355	200.517

Como a base tributável do IR e da CSLL decorre não apenas do lucro que pode ser gerado, mas também da existência de receitas não tributáveis, despesas não dedutíveis, incentivos fiscais e outras variáveis, não existe uma correlação imediata entre o lucro líquido da Companhia e suas controladas e o resultado de IR e CSLL. Portanto, a expectativa da utilização dos créditos fiscais não deve ser tomada como único indicativo de resultados futuros da Companhia e suas controladas.

A seguir é apresentada uma reconciliação da (receita) despesa dos tributos sobre a renda da Controlada divulgados e os montantes calculados pela aplicação das alíquotas oficiais combinadas a uma taxa de 34% em 2008 e 2007.

	Controladora			
	IR	CSLL	IR	CSLL
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	1.108.265	1.108.265	1.078.089	1.078.089
Alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social	25%	9%	25%	9%
Imposto de renda e contribuição social às alíquotas da legislação	277.066	99.744	269.522	97.028
Ajustes ao lucro líquido que afetam o resultado fiscal do período:				
(+) Adições				
Amortização Agio Participação Societária	27.990	10.085	31.386	11.299
Perda de Equivalência Patrimonial	4.827	1.746	-	-
JSCP	50.261	18.103	53.381	19.217
Despesas Adicionais (inclui provisões)	1.469	537	1.778	640
Outras Adições	4.577	1.566	-	-
Subtotal Adições	89.124	32.127	86.545	31.156
(-) Exclusões				
Equivalência Patrimonial	(367.818)	(132.423)	(358.287)	(128.983)
Outras Exclusões	-	-	-	-
Subtotal Exclusões	(367.818)	(132.423)	(358.287)	(128.983)
Imposto de renda e contribuição social no período	(1.628)	(522)	(2.220)	(799)
Prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social compensado	-	-	(220)	(799)
Imposto de renda e contribuição social no resultado	-	-	(2.440)	(1.598)

16 Fundos Vinculados

	Consolidado		
	Ref.	31/12/08	31/12/07
BNDES	(1)	63.622	65.572
Cauções	(2)	64.913	-
Outros	(3)	5.946	3.399
Total		134.481	69.151



...Continuação

A Cisão tem por objetivo permitir a segregação das atividades de geração e transmissão de energia elétrica, atualmente exercidas pela Companhia ("Reestruturação Societária"). O processo de Cisão está sujeito a condições suspensivas, dentre elas a obtenção de prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, desta forma nenhum registro contábil foi efetuado nestas demonstrações contábeis.

(4) BAGUARI I E GOIÁS SUL
Em dezembro de 2005 a Neoenergia participou do Leilão de Geração de Energia, e foi vencedora de três empreendimentos: UHE Baguari (em parceria com Furnas e CEMIG), PCH Goiandira e PCH Nova Aurora.

Em 11 e 17 de Janeiro de 2006 foram constituídas as sociedades por ações BAGUARI I GERAÇÃO DE ENERGIA ELÉTRICA e GOIÁS SUL GERAÇÃO DE ENERGIA S.A., respectivamente, ambas criadas com a finalidade de desenvolver atividades de geração de energia elétrica e serviços correlatos.

Até março de 2006 a Neoenergia vinha efetuando adiantamentos para futuros aumentos de capital nas Companhias. A partir do segundo trimestre de 2006, foram realizados aportes de capital e posterior integralização de capital, com o objetivo da construção da UHE e das PCH'S.A. entrada em operação da UHE Baguari e das PCH'S está prevista, respectivamente, para 2010 e 2009.

(5) GERAÇÃO C III
A Neoenergia, através da GERAÇÃO C III S.A., adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III, geradora com capacidade instalada 93,6 Megawatts (MW), a ser construída no rio Corumbá, no município de Luzlândia, no estado de Goiás, com investimento da ordem de R\$ 300 milhões. O empreendimento foi adquirido da Energética Corumbá III S.A, sociedade formada pelas empresas Companhia Energética de Brasília (CEB), Companhia Energética de Goiás (CELG), Strata Construções e Concessionárias S.A. e Energy Power Ltda., que ficará com 40% do negócio.

A entrada em operação está prevista para maio de 2010.

(6) ENERGETICA ÁGUAS DA PEDRA (DARDANELOS)
A NEOENERGIA adquiriu no leilão de energia nº 004/06, promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) no dia 10 de outubro de 2006, a concessão para construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de DARDANELOS, no rio Aripuanã, no estado do Mato Grosso.

O novo negócio foi conquistado pelo Consórcio Aripuanã, formado pela NEOENERGIA, pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), pela ELETRONORTE, e pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO). Posteriormente a NEOENERGIA assumirá a investimento da CNO, ampliando sua participação no Consórcio para 51%.

A concessão de DARDANELOS foi obtida pelo Consórcio com o preço de venda de energia de R\$ 113,09 MWh. A construção da usina exigirá um investimento de aproximadamente R\$ 700 milhões e seu cronograma de construção prevê a entrada de operação no ano de 2010.

(7) RIO PCH I
A Neoenergia adquiriu da empresa Performance participação majoritária nas Pequenas Centrais Hidrelétricas (PCH's) Pedra do Garraão e Pirapetinga, usinas com capacidade instalada de 15,7 MW e 16,5 MW, respectivamente, que serão construídas no Rio Itabapoana, nas divisas dos estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo. A geração das PCH's foi comercializada no último Leilão de Energia Nova (002/2006) realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) em 29 de junho passado, ao preço de R\$ 124,99/MWh.

A PCH Pirapetinga ficará localizada entre os municípios de Bom Jesus do Itabapoana (RJ) e São José do Calçado (ES) e a PCH Pedra do Garraão entre os municípios de Campos dos Goytacazes (RJ) e Mimoso do Sul (ES). As usinas serão construídas por um consórcio liderado pela Construtora Norberto Odebrecht (CNO), com investimento total da ordem de R\$ 150 milhões e início da operação comercial previsto para março de 2009.

(8) BAHIA PCH I
A Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) - Sítio Grande, atualmente denominada BAHIA PCH I, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

A BAHIA PCH I terá a capacidade de geração de 25 MW, e está orçada em R\$ 130 milhões. O projeto já tem Licença de Instalação (LI) e as obras de construção já começaram, após a aprovação da ANEEL, com entrada em operação prevista para 2009.

Apresentamos abaixo a movimentação do saldo de investimentos:

Movimentação do Investimento	Saldo em 31 de Dezembro de 2007					Saldo em 31 de Dezembro de 2008				
	31 de Dezembro de 2007	Aumento de capital	Redução de Capital	Ajuste patrimonial	Equivalência de moeda	Amortização de ativo	Dividendos e JSCP	31 de Dezembro de 2008		
COELBA	1.886.366	-	(24.591)	719.434	(39.249)	(578.502)	1.963.458			
CELPE	1.707.942	-	-	419.254	(44.979)	(325.765)	1.756.452			
COSERN	687.000	-	-	179.327	(16.793)	(146.584)	702.950			
TERMOPE	468.748	(80.000)	-	40.553	(6.856)	(35.645)	386.800			
ITAPEBI	124.810	-	-	45.918	(4.178)	(34.926)	131.624			
AFLUENTE	85.418	-	430	30.777	-	(29.793)	86.832			
BAGUARI I	76.000	-	-	-	-	-	76.000			
GOIÁS SUL	35.368	12.632	-	-	-	-	48.000			
TERMOAÇU	241.475	-	-	-	762	-	242.237			
NEOSERV	-	-	-	2	-	(2)	-			
GERAÇÃO CIII	70.265	-	-	-	-	-	70.265			
RIO PCH	-	48.314	-	-	-	-	48.314			
ÁGUAS DA PEDRA	71.316	57.714	-	-	-	-	129.030			
NC ENERGIA	16.320	-	-	27.498	-	(27.498)	16.320			
BAHIA PCH I	-	161	-	-	-	-	161			
TOTAL	5.471.027	118.821	(80.000)	(24.161)	1.463.526	(112.056)	(1.178.715)	5.658.443		

23 Imobilizado

O valor dos ativos imobilizados consolidados está composto da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2008			31/12/2007		
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada amortização	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	
Em serviço						
Terrenos		44.055	-	44.055	35.576	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	1,89 a 10	858.932	(205.078)	653.854	512.117	
Máquinas e Equipamentos	1,76 a 10	9.234.596	(3.154.522)	6.080.074	3.455.143	
Veículos	2,91 a 20	166.694	(78.519)	88.175	621.663	
Móveis e Utensílios	5,62 a 10	70.736	(40.865)	29.871	34.180	
Outros		20.910	(3.587)	17.323	18.387	
Subtotal		10.395.923	(3.482.572)	6.913.352	(1.676.608)	4.677.066
Em curso						
Terrenos		15.391	-	15.391	983	
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias		776.171	-	776.171	333.347	
Máquinas e Equipamentos		470.875	-	470.875	285.428	
Veículos		2.055	-	2.055	292	
Móveis e Utensílios		1.741	-	1.741	789	
Estoque de Investimento		100.972	-	100.972	95.906	
Outros		451.430	-	451.430	40.742	
Subtotal		1.818.635	(3.482.572)	1.521.131	751.487	
Total		12.214.558	(3.482.572)	8.731.987	(1.974.112)	5.434.553

O imobilizado em curso consolidado refere-se, substancialmente, a obras de expansão do sistema de distribuição de energia elétrica.

Por atividade, o imobilizado consolidado está constituído da seguinte forma:

	Consolidado					
	31/12/2008			31/12/2007		
Taxas anuais médias ponderadas de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Subtotal	(-) Obrigações Vinculadas à Concessão	Valor Líquido	
Em serviço						
Geração	3 a 6,8	1.677.816	(315.656)	1.362.159	1.311.276	
Transmissão	2,72	99.465	(26.812)	72.653	44.947	
Distribuição	4,46 a 4,82	8.353.727	(2.982.890)	5.370.837	3.210.488	
Comercialização	4,15 a 9,43	42.440	(27.481)	14.959	15.589	
Administração	5,41 a 16,89	222.475	(129.731)	92.743	94.786	
Subtotal		10.395.923	(3.482.571)	6.913.352	(1.676.608)	4.677.066
Em curso						
Geração		1.250.804	-	1.250.804	502.437	
Transmissão		238	-	238	1295	
Distribuição		505.750	-	505.750	208.246	
Comercialização		3.412	-	3.412	979	
Administração		58.431	-	58.431	6.224	
Subtotal		1.818.635	(3.482.571)	1.521.131	751.487	
Total		12.214.558	(3.482.571)	8.731.987	(1.974.112)	5.434.553

A mutação do ativo imobilizado está demonstrada abaixo:

	Consolidado					
	31/12/2007			31/12/2008		
Saldos em	Adições	Baixas	Transferências Capitalização	Estoques	Saldos em	
EM SERVIÇO						
Custo						
Geração	1.544.853	-	(17.091)	150.118	(141)	1.677.739
Transmissão	93.486	-	(2.322)	8.301	-	99.465
Distribuição	7.327.360	-	(44.312)	1.070.100	579	8.353.727
Comercialização	43.788	-	(1.804)	419	(14)	42.389
Administração	214.842	-	(6.888)	14.664	(51)	222.567
Subtotal	2.144.329	-	(72.417)	1.243.602	373	10.395.987
(-) Depreciação						
Geração	(257.759)	(59.741)	1.929	-	73	(315.498)
Transmissão	(24.357)	(2.455)	-	-	-	(26.812)
Distribuição	(2.648.832)	(347.677)	29.277	(15.631)	(27)	(2.982.890)
Comercialização	(26.588)	(2.666)	1.780	(9)	-	(27.483)
Administração	(121.758)	(15.190)	5.771	1.284	-	(129.893)
Subtotal	(3.079.294)	(427.729)	38.756	(14.356)	46	(3.482.576)
Total em serviço	6.145.035	(427.729)	(33.661)	1.229.246	419	6.913.311
EM CURSO						
Geração	499.238	916.993	(3.160)	(162.268)	-	1.250.804
Transmissão	4.587	599	(4.948)	-	-	238
Distribuição	565.125	983.660	(3.487)	(1.045.496)	5.950	505.752
Comercialização	979	5.648	-	(3.147)	(15)	3.465
Administração	6.224	65.258	(3)	(12.949)	(110)	58.420
Subtotal	1.076.153	1.972.158	(11.598)	(1.223.860)	5.825	1.818.677
TOTAL IMOBILIZADO	7.221.188	1.544.429	(45.259)	5.386	6.244	8.731.988

As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução Normativa ANEEL nº 240, de 5 de dezembro de 2006, são as seguintes:

Taxas anuais de depreciação por macroatividade/equipamentos principais	(%)	Distribuição	(%)	Comercialização	(%)
Barramento	2,5	Banco de capacitores	6,7	Edificações	4,0
Condensador de vapor	4,3	Chave de distribuição	6,7	Equipamento geral	10,0
Disjuntor	3,0	Condutor do sistema	5,0	Veículos	20,0
Edificações	4,0	Disjuntor	3,0		
Equipamento de ciclo térmico	4,5	Edificações	4,0	Administração	(%)
Equipamentos da tomada d'água	10,0	Estrutura do sistema	5,0	Edificações	4,0
Estrutura da tomada d'água	3,7	Medidor	4,0	Equipamento geral	10,0
Gerador	4,0	Regulador de tensão	4,8	Veículos	20,0
Grupo motor - gerador	5,9	Religador	4,3		
Reservatórios, barragens e adutoras	2,0	Transformador	5,0	Transmissão	(%)
Sistema de comunicação local	6,7			Condutor do sistema	2,5
Sistema de iluminação solar	5,9			Equipamento geral	10,0
Turbina a gás	5,0			Estrutura do sistema	2,5
Turbina hidráulica	2,5			Religadores	4,3

Bens Vinculados à Concessão

De acordo com os artigos nºs 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica são vinculados a estes serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A ANEEL, através do ofício 459/2001-SFF/ANEEL, de 26/06/2001, autorizou a doação dos direitos emergentes, bens e instalações da concessão em garantia ao cumprimento das obrigações assumidas pela Companhia e suas controladas no âmbito do financiamento direto, repasse e emissão de debêntures.

Encargos financeiros

Em atendimento às disposições contidas na Instrução Contábil nº 6.3.10, item 4 do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Energia Elétrica e na Deliberação CVM nº 193, de 11 de julho de 1996, foram transferidos para o ativo imobilizado em curso das controladas COELBA, CELPE e COSERN, os seguintes valores:

	31/12/2008	31/12/2007
Juros contabilizados no resultado	323.540	339.581
(-) Transferências para o imobilizado em curso	(8.240)	(10.698)
Efeito líquido do resultado	315.300	328.883

Obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica

As obrigações vinculadas à concessão do serviço público de energia elétrica representam os valores da União, dos Estados, dos Municípios e dos Consumidores, bem como as doações não condicionadas a qualquer retorno a favor do doador e as subvenções destinadas a investimentos no serviço público de energia elétrica na atividade de distribuição.

Estas obrigações foram corrigidas monetariamente até 31 de dezembro de 1995.

A Resolução Normativa ANEEL nº 234, de 31 de outubro de 2006, estabelece os conceitos gerais, as metodologias e os procedimentos iniciais para realização do segundo ciclo de revisão tarifária periódica, que na COELBA e COSERN ocorreu em abril de 2008, e determina que as obrigações especiais sejam amortizadas às mesmas taxas de depreciação do ativo imobilizado em serviço, usando-se uma taxa média a partir da revisão tarifária. Essas controladas adotaram o procedimento a partir da revisão tarifária ocorrida em 22 de abril de 2008.

A composição das obrigações especiais nas controladas COELBA, CELPE, COSERN e AFLUENTE é a seguinte:

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Participação da União	1.019.537	525.429
Participação dos Estados	231.394	350.412
Participação dos Municípios	33.748	32.666
Participação do consumidor	422.480	405.992
Outras subvenções	266.953	472.136
Total	1.974.112	1.786.635

Comodato

As controladas COELBA, CELPE e COSERN possuem contratos de cessão de edificação em comodato, conforme demonstrados abaixo:

	Consolidado				
	31/12/2008		31/12/2007		
Bens	Razão	Custo	Depreciação	Custo	Depreciação
COELBA					
Edifício Sede (Parcial)	Cessão de espaço para serviços de conveniência	785	(785)	785	(785)
	Cessão de espaço para sede da Itapebi Geração de Energia S.A.	279	(279)	279	(279)
	Cessão de espaço para sede da Afluente SA	20	(20)	20	(20)
Edificação - Usina Ruy Barbosa	Cessão de espaço para Sec. Meio Ambiente	5	(5)	5	(5)
Edificação Almoarifado de Bonfim	Cessão de espaço para Prefeitura de Sr. do Bonfim	24	(14)	24	(14)
Edificação Antiga Usina Morro do Chapéu	Cessão de espaço para Prefeitura de Morro do Chapéu	262			



Continuação

Fonte	Data de Assinatura	Moeda	Objetivo	Juros	Vencimento
BANCO BRASIL	30/03/94	RS	Refinanciamento de dívida com BNDES	IGPM + 10,23% a.a.	2014
BANCO BRASIL	30/03/94	RS	Refinanciamento de dívida com Eletrobras	TLP + 10,23% a.a.	2014
BB 6	29/07/05	RS	Giro	104,3% do CDI	2008
BB REN ME	30/12/97	US\$	Açôo Dívida Externa	4,0% a 8,0% a.a.	2024
BB REN MN - BNDES	01/03/94	RS	Pgto. BNDES	TLP + 9,16% a.a.	2014
BB REN MN - ELETROBRÁS	01/03/94	RS	Pgto. Eletrobrás	IGPM + 9,16% a.a.	2014
BID	23/03/86	US\$	Programa de Expansão e Melhoramento do Sistema de Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica do Estado da Bahia - 2ª Etapa	3,0% a.a. + vc	2011
BNB	29/11/04	RS	Programa de Investimentos em Distribuição	11,5% a.a.	2012
BNB 1	30/11/04	RS	Eletificação	11,50% a.a.	2013
BNB 3	29/12/05	RS	Eletificação	11,50% a.a.	2012
BNB 4	19/07/07	RS	Giro	14,39% a.a.	2008
BNB I	23/12/04	RS	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2013
BNB II	27/11/06	RS	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	11,5% a.a.	2014
BNB III	30/11/07	RS	Investimentos nos sistemas de linhas e redes	TLP + 3,21% a.a.	2022
BNDES	30/06/05	RS	Construção da Usina	6,625% a.a. acima da TLP	2015
BNDES	15/11/03	RS	Construção Usina	TLP + 4,25 e 4,50% a.a.	2013
BNDES	12/09/07	RS	Capital de Giro até liberação dos recursos do financiamento	TLP + 3,3% a.a.	2008
BNDES	20/12/07	RS	Financiamento para construção da Usina	TLP + 2,19% a.a.	2026
BNDES - 3 - RTE	08/02/02	RS	Perdas e Racionamento	SELIC + 1,0% a.a.	2008
BNDES-FINEM	01/06/00	RS	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TLP + 4,5% a.a.	2008
BNDES - F - INEM	09/06/05	RS	Expansão/Melhoramento de Redes	TLP + 5% a.a.	2010
BNDES 6 FINEM (A)	01/12/06	RS	Expansão/Melhoramento de Redes	TLP + 4,3% a.a.	2011
BNDES 6 FINEM (B)	01/12/06	RS	Expansão/Melhoramento de Redes	TLP + 4,3% a.a.	2012
BNDES 6 FINEM (C)	01/12/06	RS	Expansão/Melhoramento de Redes	TLP + 4,3% a.a.	2013
BNDES EMERGENCIAL	08/02/02	RS	Programa Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2009
BNDES/Emergencial	14/02/02	RS	Emergencial de Redução do Consumo de Energia Elétrica	SELIC + 1% a.a.	2010
BNDES-FINEM	23/09/05	RS	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TLP + 5,00% a.a.	2010
BNDES-FINEM	04/10/06	RS	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TLP + 4,30% a.a.	2011
BNDES-FINEM	12/12/2007	RS	Sub-Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica	TLP + 3,30% a.a.	2012
BNDES-FINEM	01/06/00	RS	Investimento sistema transmissão/Distribuição	TLP + 4,5% a.a.	2008
CEF/COHAB	Diversos	RS	Eletificação Conj. Habitacional	TR + 2 a 5,5% a.a.	2014
ECF 0018 UFIR	01/07/04	RS	Universalização	UFIR + 6,0% a.a.	2016
ECF 0115 UFIR	11/11/05	RS	Universalização	UFIR + 6,0% a.a.	2016
ECF 1368 FINEL	03/10/95	RS	Transmissão	FINEL + 8,5% a.a.	2009
ECF 1983 UFIR	11/02/00	RS	Eletificação Rural	UFIR + 6,0% a.a.	2012
ECF 2184 UFIR	15/10/02	RS	Iluminação Pública	UFIR + 6,5% a.a.	2008
ELETROBRÁS	1994 a 2007	RS	Expansão das Linhas e Redes de Distribuição e Luz para Todos	5,0% a.a. e 6,50% a.a.	2019
ELETROBRÁS	Diversos	RS	Expansão de linhas e redes de distribuição, linhas de transmissão e aquisição de medidores.	6 a 9% a.a.	2018
FINEP	23/12/04	RS	Investimento em Distribuição e Eficiência Energética	TLP + 5,00% a.a.	2011
FINEP	23/12/04	RS	Prospecção e Desenvolvimento	TLP + 4% a.a.	2011
FINEP	23/12/04	RS	Otimização e desempenho da rede de distribuição e programas comunitários	TLP + 5% a.a.	2011
KFW 1	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/LL's	2,0% a.a.	2026
KFW 2	29/05/96	EURO	Distribuição Rural/Se's/LL's	4,5% a.a.	2016
TÍTULOS EXTERNOS	30/06/06	US\$	Investimentos em Distribuição	Libor + 1,0 a.a. + vc	2013

Para alguns empréstimos foram dadas garantias de receita própria, notas promissórias, avais dos Governos Federal e Estadual, aval da Neoenergia S.A., imóveis, fiança bancária, aplicações financeiras vinculadas (contas reservas) e no que se refere ao BNDES, vinculado a recomposição tarifária, 4,42% do faturamento mensal para o COSERN e 3,01% para a CELPE.

O total devido em moeda nacional e estrangeira do consolidado desdobra-se da seguinte forma:

		31/12/2008		31/12/2007			
		RS	%	RS	%		
Moeda Nacional							
Juros pré-fixados		494.747	19,2%	339.562	16,8%		
UFIR		336.168	13,0%	316.295	15,7%		
FINEL		1.47	0,0%	1.257	0,1%		
IGPM		39.253	1,5%	39.947	1,9%		
TJLP		1.651.976	64,1%	1.114.321	55,2%		
TR		145	0,0%	319	0,0%		
CDI		-	-	-	0,0%		
SELIC		55.435	2,2%	208.150	10,3%		
Total		2.577.871		2.019.851			
Principal		2.563.127		2.004.546			
Encargos		14.744		15.305			
		Consolidado		31/12/2007			
Moeda Estrangeira							
Dólar norte americano		516	342,863	96,3%	563	275.749	95,9%
Euro		4.007	13.228	3,7%	4.511	11.752	4,1%
Total		356.091		287.501			
Principal		355.979		287.288			
Encargos		112		213			

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações nos trimestres findos em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

		31/12/2008		31/12/2007			
		RS	%	RS	%		
Moeda Nacional							
Juros pré-fixados		494.747	19,2%	339.562	16,8%		
UFIR		336.168	13,0%	316.295	15,7%		
FINEL		1.47	0,0%	1.257	0,1%		
IGPM		39.253	1,5%	39.947	1,9%		
TJLP		1.651.976	64,1%	1.114.321	55,2%		
TR		145	0,0%	319	0,0%		
CDI		-	-	-	0,0%		
SELIC		55.435	2,2%	208.150	10,3%		
Total		2.577.871		2.019.851			
Principal		2.563.127		2.004.546			
Encargos		14.744		15.305			
		Consolidado		31/12/2007			
Moeda Estrangeira							
Dólar norte americano		516	342,863	96,3%	563	275.749	95,9%
Euro		4.007	13.228	3,7%	4.511	11.752	4,1%
Total		356.091		287.501			
Principal		355.979		287.288			
Encargos		112		213			

Mutações de empréstimos e financiamentos:

		31/12/2008		31/12/2007			
		RS	%	RS	%		
Moeda Nacional							
Juros pré-fixados		494.747	19,2%	339.562	16,8%		
UFIR		336.168	13,0%	316.295	15,7%		
FINEL		1.47	0,0%	1.257	0,1%		
IGPM		39.253	1,5%	39.947	1,9%		
TJLP		1.651.976	64,1%	1.114.321	55,2%		
TR		145	0,0%	319	0,0%		
CDI		-	-	-	0,0%		
SELIC		55.435	2,2%	208.150	10,3%		
Total		2.577.871		2.019.851			
Principal		2.563.127		2.004.546			
Encargos		14.744		15.305			
		Consolidado		31/12/2007			
Moeda Estrangeira							
Dólar norte americano		516	342,863	96,3%	563	275.749	95,9%
Euro		4.007	13.228	3,7%	4.511	11.752	4,1%
Total		356.091		287.501			
Principal		355.979		287.288			
Encargos		112		213			

Os vencimentos das parcelas a longo prazo são os seguintes:

		31/12/2008		31/12/2007	
		RS	%	RS	%
2009		550.511		550.511	
2010		489.545		397.036	
2011		465.169		336.909	
2012		412.569		270.782	
2013		253.819		253.819	
Após 2013		886.094		31.492	
Total		2.507.196		1.840.549	

		Moeda nacional		Moeda estrangeira		Total	
		Passivo Circulante	Não Circulante	Passivo Circulante	Não Circulante	Líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2006		294.233	1.440.774	9.207	357.747	2.101.961	
Ingressos		122.540	503.849	-	626.389		
Encargos		154.631	13.613	19.781	188.025		
Variação monetária e cambial		1.730	1.202	(57.767)	(51.160)		
Swap		-	23.348	57.023	80.381		
Transferências		425.341	(425.341)	5.970	(5.970)		
Amortizações		(468.130)	(47.064)	(52.731)	(567.925)		
Saldos em 31 de dezembro de 2007		530.345	1.489.506	6.777	351.043	2.377.671	
Ingressos		313.088	1.046.120	-	1.359.208		
Encargos		176.251	26.147	15.616	218.014		
Variação monetária e cambial		1.244	6.127	89.020	98.416		
Swap		(1.30)	-	14.254	(61.945)		
Eletivo cumulativo marcação a mercado 2007 e 2008		-	-	(4.702)	(4.702)		
Transferências		399.249	(399.249)	13.708	(13.708)		
Amortizações		(1.003.439)	(780)	(50.707)	(1.054.926)		
(-) Custos de Transação		(1.026)	(5.581)	(339)	(677)		
Saldos em 31 de dezembro de 2008		415.582	2.162.290	1.334	344.907	2.924.112	

28 Debêntures e Encargos

		31/12/2008		31/12/2007	
		Encargos	Principal	Encargos	Principal
Moeda Nacional					
Quantidade de Títulos Emitidos					
Remuneração					
Moeda Nacional					
Quantidade de Títulos Emitidos					
Remuneração					
Moeda Nacional					
Quantidade de Títulos Emitidos					
Remuneração					

As 3ª e 5ª emissões de debêntures, classificadas no circulante e exigível a longo prazo, prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis encerradas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

CELPE
As escrituras de emissões das debêntures da Companhia prevêem manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

COSERN
A escritura de emissão das debêntures prevê manutenção de índices de endividamento e cobertura de juros. Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 e 2007, a Companhia atingiu todos os índices requeridos contratualmente.

TERMOPERNABUQU
A controlada emitiu em 08 de outubro de 2007, debêntures simples, subordinadas, em série única no total de 40.000 debêntures simples, todas nominativas e escriturais, não conversíveis em ações, com valor nominal unitário de R\$ 10, com garantia adicional fidejussória da Neoenergia. A oferta foi registrada na CVM em 26 de outubro de 2007, sob nº CVM/SRE/DEB/2007/045. As debêntures terão vencimento em 8 de outubro de 2014. A destinação de recurso foi, juntamente com parte do caixa da companhia, o pré-pagamento da 1ª Emissão de Debêntures, objetivando redução de custos e alongamento de prazos, conforme Plano Financeiro do Grupo Neoenergia.

ITAPEBI
Os vencimentos das parcelas a longo prazo consolidadas são os seguintes:

		31/12/2008		31/12/2007	
		RS	%	RS	%
2009		216.502		180.237	
2010		575.261		404.018	
2012		466.710		354.415	
Após 2012		615.551		850.448	
Total		1.874.024		1.941.047	

Nas demonstrações contábeis findas em 31 de dezembro de 2008 as controladas atingiram adequadamente todos os índices de cobertura requeridos contratualmente. A mutação das debêntures é a seguinte:

		Moeda nacional		Total	
		Circulante	Não Circulante	Líquido	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2007		107.128	1.941.071	2.048.175	
Ingressos		158	1.071	1.229	
Encargos		234.351	4.173	238.524	
Variação monetária e cambial		4.408	35.527	39.935	



34 Patrimônio Líquido

Capital Social em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, subscrito e integralizado é de R\$ 4.739.025. A composição do capital social realizado por classe de ações (sem valor nominal) e principais acionistas é a seguinte:

Ações Ordinárias	Lote de mil ações	
	Única	%
Iberdrola Energia S.A.	2.281.748	39,00%
Previ-Caixa de Prev. dos Func. do Banco do Brasil	1.301.396	22,00%
521 Participações S.A.	1.048.751	18,00%
BB - Banco de Investimentos S.A.	515.362	9,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Ações Price	379.521	6,00%
Fundo Mútuo Inv. em ações Cart. Liv - BB Carteira Livre I	323.858	6,00%
Total	5.850.636	100,00%

Incentivo Fiscal Imposto de Renda - SUDENE
A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na região Nordeste do Brasil e que atuam no setor de infra-estrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo 551, § 3º, do Decreto nº 3.000, de 26 de março de 1999. Por conta disso, as controladas COELBA, COSEERN, CELPE, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO formalizaram junto à ADENE, antiga SUDENE e obtiveram o deferimento da redução do imposto de renda e adicionais, conforme a seguir:

Empresa	Laudo constitutivo nº	Redução
COELBA	0144/2005	75,0%
COELBA	0039/2002	25,0%
CELPE	0155/2005	75,0%
CELPE	0039/2002	25,0%
COSEERN	0148/2005	75,0%
COSEERN	0038/2002	25,0%
ITAPEBI	0307/2003	75,0%
TERMOPE	0118/2005	75,0%
TERMOPE	0119/2005	75,0%

A COELBA, CELPE, COSEERN, ITAPEBI e TERMOPERNAMBUCO apuraram, respectivamente até 31 de dezembro de 2008, os valores de R\$ 159.016, R\$ 79.463, R\$ 38.619, R\$ 20.706 e R\$ 2.881 (R\$ 198.603, R\$ 61.708, R\$ 37.390, R\$ 18.107 e R\$ 11.673 em 2007 respectivamente) de incentivo fiscal SUDENE, calculados com base no Lucro da Exploração. Conforme discutido na nota 4, em atendimento aos requerimentos da Lei nº 11.638/07 o efeito do benefício fiscal passou a ser contabilizado no resultado do exercício das controladas. As controladas excluem esse efeito para fins e cálculo dos dividendos, conforme permitido para Lei nº 11.638/07.

Reserva Legal
A reserva legal é calculada com base em 5% de seu lucro líquido conforme previsto na legislação em vigor, limitada a 20% do capital social.

Reserva de Retenção de Lucros
A constituição de reserva de retenção de lucros visa realização de investimentos futuros da Companhia. Em 2005, a Neoenergia obteve a autorização para a construção das PCH's Goiandira e Nova Aurora, localizadas no estado de Goiás, e da UHE Baguari, localizada em Minas Gerais.

Em 2006, a Companhia participou do Leilão 002/2006 de Energia Elétrica, e foi vencedora de dois empreendimentos: PCH Pedra do Garrafão e PCH Pirapetinga.

Ainda em 2006, a Companhia adquiriu 60% da Usina Hidrelétrica Corumbá III e a concessão para a construção da Usina Hidrelétrica de Dardanelos, com participação de 46%.

Em 2007, a Neoenergia adquiriu da Brascan Energética a autorização para construção da Pequena Central Hidrelétrica - Sítio Grande, localizada no rio das Fêmeas, no estado da Bahia.

Em 2008, a Neoenergia adquiriu a autorização para construção da UHE Baixo Iguaçu, localizada no Paraná e da Subestação Naranandiba, localizada no estado da Bahia.

A seguir, as principais características dos projetos:

	Rio PCH I								
	Goiandira	Aurora	Baguari I	Corumbá	Pirapetinga	Pedra do Garrafão	Dardanelos	Bahia PCH I	Baixo Iguaçu
Participação da Neoenergia	100,00%	100,00%	51,00%	60,00%	75,00%	75,00%	46,00%	100,00%	100,00%
Potência Instalada (MW) (*)	27,00	21,00	140,00	93,60	16,50	17,00	261,00	25,00	350,00
Energia Asssegurada (MWh) (**)	17,09	12,37	81,40	50,90	11,31	11,50	154,90	19,62	112,80
Área do Reservatório (Km2) (**)	6,42	6,83	14,16	72,42	0,40	2,71	0,24	0,55	31,6

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

35 Fornecimento e Suprimento de Energia Elétrica

	Consolidado					
	MWh (*)		RS			
Nº de consumidores (**)	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Residenciais:						
Consumidores	7.170.715	6.792.036	8.795.775	8.212.451	3.358.068	3.365.019
Industrial	38.181	36.593	6.161.393	4.358.905	1.714.897	1.339.171
Comercial	539.905	523.285	5.016.587	4.704.794	2.171.981	2.152.893
Rural	411.911	401.030	1.923.707	1.898.505	353.004	366.518
Poder Público	73.304	70.394	1.210.963	1.144.468	488.810	490.204
Iluminação Pública	24.712	23.746	1.206.981	1.183.838	252.620	257.566
Serviço Público	9.772	8.882	1.469.680	1.430.098	370.748	372.335
Consumo Próprio	700	698	33.684	34.039	-	-
Suprimento	39	39	8.471.222	6.086.163	227.467	315.873
Fornecimento não faturado	-	-	-	-	(18.289)	(5.384)
Transferência para atividade de distribuição	-	-	-	-	(4.905.832)	(4.932.858)
Subtotal	8.269.239	7.856.703	34.289.992	29.053.261	4.013.474	3.721.337
Reversão da Recomposição Tarifária Extraordinária	-	-	-	-	(68.111)	(211.950)
Receita (reversão)	-	-	-	-	(178.452)	(195.613)
Recuperação Tarifária	-	-	-	-	-	-
Parcela de ajuste (transmissoras)	-	-	-	-	6.745	(26.092)
Reversão Energia Livre	-	-	-	-	(35.933)	(35.971)
Receita (reversão) de ativo regulatório	-	-	-	-	(8.751)	(30.170)
Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição	-	-	-	-	-	-
Programa Luz para todos	-	-	-	-	5.098	(5.098)
Encargos CBEE	-	-	-	-	(1.683)	(209)
CCEE - Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	-	-	906.546	631.186	98.200	87.946
Subvenção à baixa renda (tarifa social)	-	-	-	-	443.773	406.229
Outras receitas	-	-	-	-	126.901	100.321
Total	8.269.239	7.856.703	35.196.538	29.684.447	9.498.682	9.025.294

(*) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

Reajuste Tarifário
• CELPE
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 642, de 22 de abril de 2008, fixou em 15,09% o índice de reajuste tarifário para a Companhia, período de vigência de 29 de abril de 2008 a 28 de abril de 2009. Por decisão da ANEEL o reajuste de 15,09% foi diferido, tendo sido aplicado em 2008, o índice de 7,48%, sendo a diferença a ser aplicado em 2009.

O reajuste citado foi diferenciado conforme o nível de tensão. Os consumidores de baixa tensão tiveram aumento de 2,87%, enquanto que aos consumidores atendidos em alta tensão coube um índice médio de reajuste de 4,27%.

Revisão Tarifária
• COELBA
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 638, de 17 de abril de 2008, fixou em -12,12% o índice de revisão tarifária para a Companhia, sendo -13,89% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros) e -8,59% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande porte), com vigência no período de 22 de abril de 2008 a 21 de abril de 2009.

O índice de revisão de -12,12%, adicionado os componentes financeiros passou a -10,28%.

• COSEERN
A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 637, de 17 de abril de 2008, fixou em -6,45% o índice de revisão tarifário para a Companhia, sendo -2,14% para os consumidores atendidos em baixa tensão (residências e outros), e -11,91% para os consumidores de alta tensão (indústrias e comércio de médio e grande portes), com vigência no período de 22 de abril de 2008 a 21 de abril de 2009.

O índice de revisão de -6,45%, adicionado os componentes financeiros passou a -3,82%.

Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Consumidores livres	202.561	290.809
Transferência entre atividades	4.894.859	5.330.362
Total	5.097.420	5.621.171

	Consolidado	
	31/12/2008	31/12/2007
Renda da prestação de serviços	68.441	61.823
Arrendamentos e Aluguéis	30.241	22.512
Serviço taxado	10.188	8.986
Outras receitas	18.031	7.000
Saldo em 31 de dezembro	126.901	100.321

36 Compra e Venda de Energia de Curto Prazo No Âmbito da CCEE

	31/12/2008		31/12/2007	
	MWh (1)	RS	MWh (1)	RS
CCEE	4.021.471	251.634	4.427.603	157.644
Ajustes	17.631	1.516	-	-
Subtotal	4.039.102	253.150	4.427.603	157.644
Contratos Bilaterais	2.507.830	353.068	-	10.085
Total	6.546.931	606.218	4.427.603	167.729

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes.

	31/12/2008		31/12/2007	
	MWh (1)	RS	MWh (1)	RS
CCEE	902.880	97.199	627.306	84.999
Ajustes	3.665	1.001	3.880	2.947
Subtotal	906.546	98.200	631.186	87.946
Contratos Bilaterais	-	-	-	-
Total	906.546	98.200	631.186	87.946

(1) Informações não examinadas pelos auditores independentes. Os montantes de receitas/despesas, faturados ou pagos pelas concessionárias que tiveram excesso/falta de energia comercializados no âmbito da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE, foram referendados pelas controladas.

37 Resultado Operacional

Os custos e as despesas operacionais têm a seguinte composição por natureza de gasto:

	Consolidado			
	31/12/2008		31/12/2007	
	RS	MWh (1)	RS	MWh (1)
Custos de Bens e Serviços Vendidos	6.290.936			
Despesas com Vendas				
Despesas Gerais e Administrativas				
Total	6.290.936			
Receta Operacional Líquida				
Custo s/ Despesas Operacionais				
Pessoal	(134.392)	(94.125)	(104.810)	(333.327)
Administradores	(48)	-	(9.534)	(9.582)
Entidade de previdência privada	(5.654)	(3.035)	(6.980)	(15.668)
Material	(33.138)	(2.531)	(37.719)	(49.639)
Combustível para produção de energia	(35.447)	-	(2.050)	(35.054)
Serviços de terceiros	(196.556)	(135.830)	(104.554)	(436.939)
Taxa de fiscalização de serviço de energia elétrica - TFSEE	(12.321)	(6.320)	-	(18.641)
Outorga da concessão pela utilização de recursos hídricos	(1.205)	-	-	(1.205)
Compensação Financeira	-	-	-	(1.119)
Recursos Hídricos - CFRH	(4.954)	-	(4.954)	(5.832)
Energia elétrica comprada CCEE	(4.039)	-	(4.039)	(2.660)
Energia elétrica comprada para revenda	(1.988.645)	(235.151)	-	(2.223.796)
Encargos de uso do sistema transmissão	(430.993)	-	-	(430.993)
Depreciação e amortização	(372.313)	(7.673)	(42.232)	(422.217)
Arrendamentos e alugueis	(4.455)	(1.550)	(3.470)	(9.475)
Tributos	(2.053)	(1.117)	(3.087)	(6.257)
Provisões Líquidas - PC LD	(25.185)	(27.917)	-	(53.102)
Provisões Líquidas - Contingências	(6.437)	(2.227)	6.600	(2.064)
Provisão para perda RTE	(351)	(7.419)	-	(7.770)
Provisão para perda Energia Livre	8.988	4.893	-	13.881
Outros	(6.463)	(8.710)	(38.017)	(53.191)
Custo do Serviço Prestado	(15.487)	-	(15.487)	(39.114)
Total custos / despesas operacionais	(3.271.147)	(528.712)	(308.134)	(4.107.992)
Resultado do Serviço	3.019.789	(528.712)	(308.134)	2.182.944
Resultado Financeiro	(79.194)	-	30.399	(48.795)
Juros sobre capital próprio	(93.861)	-	(303.592)	(397.453)
Resultado Equivalência	-	-	(112.056)	(125.345)
Patrimonial Resultado Operacional	2.846.735	(528.712)	1.624.640	1.469.528

	Controladora			
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Pessoal	13	178	195.681	188.956
Remunerações	-	-	89.570	85.963
Encargos sociais	-	-	16.575	15.327
Auxílio alimentação	54	3	17.179	13.082
Convênio assistencial e outros benefícios	-	-	2.747	7.641
Incentivo à aposentadoria e PDV	35	287	44.040	44.496
Provisão para férias e 13º salário	104	3	14.299	13.972
Plano de saúde	-	-	8.059	12.078
Contencioso Trabalhista	-	-	50	56.200
Participação nos resultados	-	-	56.200	60.201
Encerramento de ordem em curso	-	-	2.962	2.996
(-) Transferências para ordens	-	-	(113.978)	(102.487)
Total	206	592	333.334	342.225

	31/12/2008		31/12/2007	
	RS	MWh (1)	RS	MWh (1)
Energia Elétrica Comprada para Revenda				
CHESF	548.861	7.144.324	585.013	6.697.173
CEEE	33.458	487.299	31.937	478.124
CESP	225.801	2.384.368	178.081	2.217.116
COPEL	120.531	1.745.101	110.662	1.658.110
DUKE	42.248	555.434	40.897	546.341
ELETRONORTE	138.094	1.836.002	127.814	1.740.205
EMEL	10.478	146.499	9.953	142.891
ENERGEST	13.144	158.206	3.623	55.627
TRACTEBEL	5.158	6.291	117	1.508
ENGLUA	8.345	56.099	-	-
TERMORIO	19.469	143.093	-	-
PETROBRAS	23.841	74.408	-	-
CEMIG GERAÇÃO	83.390	1.060.187	73.679	962.452
CPFL	22.128	-	-	-
FURNAS	497.434	6.664.127	472.371	6.624.082



...Continuação

Consoante facultado pela Deliberação CVM nº 566, que aprovou o pronunciamento técnico CPC nº 14, a Companhia e suas controladas contabilizou os instrumentos derivativos de acordo com a metodologia de contabilidade de operação hedge (*hedge accounting*). Por essa metodologia, os impactos na variação do valor justo dos derivativos utilizados como instrumento de *hedge* são reconhecidos no resultado de acordo com o reconhecimento do item que é objeto de hedge. Os *hedges* das controladas foram avaliados como efetivos.

Os derivativos das controladas (instrumentos financeiros derivativos destinados a hedge) e as dívidas em moeda estrangeira das controladas (respectivos itens objeto de hedge) foram ajustados ao valor justo. A valorização ou a desvalorização do valor justo do instrumento destinado a hedge e do item objeto de *hedge* foram registradas em contrapartida da conta de receita ou despesa financeira, no resultado do exercício.

Fatores de Risco:

- Riscos financeiros
- ✓ Risco de Moeda Estrangeira

Esse risco decorre da possibilidade da perda por conta de elevação nas taxas de câmbio, que aumentem os saldos de passivo de empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira captados no mercado. As controladas COELBA, CELPE, Geração CIII e Goiás Sul, visando assegurar que oscilações significativas nas cotações das moedas a que está sujeito seu passivo em moeda estrangeira não afetem seu resultado e fluxo de caixa, possui em 31 de dezembro de 2008, operações de "hedge" cambial, representando 100% do endividamento em moeda estrangeira.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2008 as controladas COELBA, CELPE, Geração CIII e Goiás Sul apuraram um resultado positivo nas operações de "hedge" cambial no montante de R\$ 43.667 (em 2007 R\$ 99.779), R\$ 2.886 (em 2007 R\$ 2.884), R\$ 141 e R\$ 141, respectivamente.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco taxa de câmbio, demonstrando os efeitos no resultado da variação nos cenários.

Quadro 1 - Risco de Variação Cambial

Operação	31/12/2008			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
BID	USD	(2.523)	(4.693)	(6.862)
Swap Ponta Ativa - BID	USD	2.518	4.687	6.856
Títulos Externos	USD	(82.950)	(166.195)	(249.440)
Swap Ponta Ativa - Títulos Externos	USD	89.071	174.200	259.329
3ª Emissão Debêntures	USD	(19.651)	(32.068)	(44.486)
Swap Ponta Ativa - 3ª Emissão Debêntures	USD	17.364	29.779	42.193
BB REN ME	USD	(367)	(668)	(970)
NDF Comprada (Ativo) - BB REN ME	USD	319	615	911
KFW 1	EUR	(316)	(648)	(980)
Swap Ponta Ativa - KFW 1	EUR	335	667	999
KFW 2	EUR	(3.265)	(6.240)	(9.214)
Swap Ponta Ativa - KFW 2	EUR	3.269	6.243	9.218
NDF Ponta Ativa	USD	141	1.831	3.520
Referência para ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS				
		Apreciação da taxa em		
Dólar USD/R\$		2,337	2,921	3,5055
Euro EUR/R\$		3,301	4,126	4,9516

- ✓ Risco de encargos de dívida

Este risco é oriundo da possibilidade das controladas vir a incorrer em perdas por conta de flutuações nas taxas de juros ou outros indexadores de dívida, que aumentem as despesas financeiras relativas a empréstimos e financiamentos captados no mercado, ou diminuam a receita financeira relativa às aplicações financeiras das controladas. As controladas não têm pactuado contratos de derivativos para fazer "swap" contra este risco. Porém, a Companhia monitora continuamente as taxas de juros de mercado com o objetivo de avaliar a eventual necessidade de contratação de derivativos para se proteger contra o risco de volatilidade dessas taxas.

Vide abaixo análise de sensibilidade do risco de encargos de dívida, demonstrando o efeito no resultado das variações nos cenários:

Quadro 2 - Risco de Deterioração dos Encargos Financeiros

Operação	31/12/2008			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras	CDI	89.901	105.500	121.097
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.151	30.574	36.995
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
BNDES/FINEM	TJLP	(112.863)	(133.063)	(156.262)
BNDES Emergencial	SELIC	(17.551)	(19.128)	(20.703)
FINEP	TJLP	(1.270)	(1.479)	(1.687)
CEF COHAB		(10)	(11)	(11)
BNB	CDI	(158)	(864)	(1.570)
1ª Emissão Debêntures	CDI	(11.853)	(14.381)	(16.909)
2ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(92.976)	(113.697)	(134.419)
2ª Emissão Debêntures - 2ª série	IGPM	(16.718)	(38.992)	(61.266)
2ª Emissão Debêntures - 2ª série	IGPM	(24.812)	(46.079)	(67.345)
3ª Emissão Debêntures	CDI	(21.140)	(25.837)	(30.534)
4ª Emissão Debêntures	CDI	(20.677)	(25.220)	(29.764)
5ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(9.961)	(11.399)	(12.837)
5ª Emissão Debêntures - 2ª série	IGPM	(22.006)	(24.495)	(26.985)
6ª Emissão Debêntures	CDI	(44.732)	(54.580)	(64.429)
BB REN MN - BNDES	TJLP	(228)	(261)	(295)
BB REN MN - ELETROBRAS	IGPM	(2.087)	(2.310)	(2.532)
BB-ELETR - Nr. 94/00045-X	IGPM	(6.406)	(7.060)	(7.714)
BB-BNDES - Nr. 94/00045-X	TJLP	(376)	(426)	(476)
Derivativos				
Swap Ponta Passiva - BID	CDI	72	(251)	(575)
Swap Ponta Passiva - Títulos Externos	CDI	(45.774)	(54.829)	(63.884)
Swap Ponta Passiva - 3ª Emissão Debêntures	IGPM	(33.520)	(35.474)	(37.429)
Swap Ponta Passiva - KFW 1	CDI	(640)	(919)	(1.198)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				
		Apreciação da taxa em		
CDI (%)		12,4	15,5	18,6
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				
		Apreciação da taxa em		
TJLP %		6,3	7,8	9,4
TR %		1,6	2,0	2,4
IGPM %		9,8	12,3	14,7
CDI %		12,4	15,5	18,6
SELIC %		12,5	15,6	18,7

Quadro 3 - Risco de Deterioração das Receitas Financeiras

Operação	31/12/2008			
	Risco	Cenário Provável	Cenário (II)	Cenário (III)
ATIVOS FINANCEIROS				
Aplicações financeiras	CDI	89.901	74.433	59.143
Títulos e valores mobiliários	CDI	24.151	17.846	11.698
PASSIVOS FINANCEIROS				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures				
1ª Emissão Debêntures	CDI	(11.853)	(9.325)	(6.796)
2ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(92.976)	(72.255)	(51.533)
3ª Emissão Debêntures	CDI	(7.446)	244	5.370
4ª Emissão Debêntures	CDI	(20.677)	(17.042)	(14.619)
5ª Emissão Debêntures - 1ª série	CDI	(9.961)	(8.523)	(7.085)
6ª Emissão Debêntures	CDI	(44.732)	(34.884)	(25.035)
BNB	CDI	(158)	548	1.254
Derivativos				
Swap Ponta Passiva - BID	CDI	72	396	719
Swap Ponta Passiva - Títulos Externos	CDI	(45.774)	(36.718)	(27.663)
Swap Ponta Passiva - KFW 1	CDI	(640)	(361)	(82)
Referência para ATIVOS FINANCEIROS				
		Diminuição da taxa em		
CDI (%)		12,4	9,3	6,2
Referência para PASSIVOS FINANCEIROS				
		Depreciação da taxa em		
TJLP %		6,3	1,0	1,0
IGPM - N° Índice		411,6	329,3	274,4
CDI (%)		12,4	9,3	6,2

Essas análises de sensibilidade têm por objetivo ilustrar a sensibilidade a mudanças em variáveis de mercado nos instrumentos financeiros da Companhia e suas controladas. As análises de sensibilidade acima demonstradas são estabelecidas com o uso de premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia e das suas controladas revisam regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação dessas análises.

- Riscos operacionais
- ✓ Risco de crédito

O risco surge da possibilidade da Companhia e suas controladas virem a incorrer em perdas resultantes da dificuldade de recebimento de valores faturados a seus consumidores, concessionários e permissionárias. Para reduzir esse tipo de risco e para auxiliar no gerenciamento do risco de inadimplência, a Companhia monitora as contas a receber de consumidores realizando diversas ações de cobrança, incluindo a interrupção do fornecimento, caso o consumidor deixe de realizar seus pagamentos. No caso de consumidores o risco de crédito é baixo devido à grande pulverização da carteira.

- ✓ Risco de vencimento antecipado

As controladas possuem contratos de empréstimos, financiamentos e debêntures com cláusulas restritas que, em geral, requerem a manutenção de índices econômico-financeiros em determinados níveis ("covenants" financeiros). O descumprimento dessas restrições pode implicar em vencimento antecipado da dívida (vide notas explicativas nºs 27 e 28).

- ✓ Risco quanto à escassez de energia

O Sistema Elétrico Brasileiro é abastecido predominantemente pela geração hidrelétrica. Um período prolongado de escassez de chuva, durante a estação úmida, reduzirá o volume de água nos reservatórios dessas usinas, trazendo como consequência o aumento no custo na aquisição de energia no mercado de curto prazo e na elevação dos valores de Encargos de Sistema em decorrência do despacho das usinas termelétricas. Numa situação extrema poderá ser adotado um programa de racionamento, que implicaria em redução de receita. No entanto, considerando os níveis atuais dos reservatórios e as últimas simulações efetuadas, o Operador Nacional de Sistema Elétrico - ONS não prevê para os próximos anos um novo programa de racionamento.

41 Compromissos

Os compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia são como segue:

Contrato de compra de energia	Vigência	2009	2010	2011	2012	2013	Atos 2013
COELBA	2009 a 2030	1.565.660	1.777.309	1.962.069	2.194.068	2.581.219	77.213.654
COELBA	2010 a 2042	0	554.545	599.148	671.815	599.494	8.407.231
COSERN	2009 a 2042	949.396	975.899	1.048.268	1.109.741	1.172.606	13.687.247
CELPE	2009 a 2042						

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, cuja vigência variam de 6 a 30 anos, representam o volume total contratado pelo preço corrente no final do exercício de 2008, e foram homologados pela ANEEL.

42 Plano Previdenciário e Outros Benefícios aos Empregados

- COELBA

A Companhia é patrocinadora da Fundação COELBA de Previdência Complementar - FAELBA, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, mantenedora dos planos previdenciários: Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 1 - (Plano CD - FAELFLEX) e Plano Previdenciário nº 2 - (Plano BD); que têm por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, em conformidade com os planos a que estiverem vinculados.

O Plano nº 1 - FAELFLEX, com características de contribuição definida, contemplando a renda de aposentadoria programada e os benefícios de risco (pensão por morte e aposentadoria por invalidez), foi implantado em 1998, com adesão de mais de 98% dos participantes ativos (que migraram do Plano BD). O FAELFLEX, por suas características de poupança individual (CD), não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

O Plano nº 2 - BD é um plano maduro e está fechado a novos participantes desde 1998. Eventuais insuficiências serão de responsabilidade da patrocinadora e participantes.

As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes, na paridade de 1 para 1) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, acumulados desde a sua admissão no plano.

A contribuição da Patrocinadora corresponde a:

	Modalidade	
	Plano BD	FAELFLEX
Sobre total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano, sendo:	%	%
Contribuição Normal	6,76	5,00
Contribuição de Risco	-	0,51
Cobertura de despesas administrativas da Fundação	2,24	2,00

- CELPE

A Companhia é patrocinadora da Fundação Celpe de Seguridade Social - CELPOS, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e aos seus beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão em conformidade com planos de benefícios previdenciários a que estiverem vinculados.

No exercício de 2005 foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS por meio da Portaria nº 285 de 29 de novembro de 2005, publicada no Diário Oficial da União de 30 de novembro de 2005, o Regulamento que tem por finalidade instituir o Plano Misto I de Benefícios, doravante designado Plano CD, estabelecendo normas, pressupostos, condições e requisitos para a concessão dos benefícios previdenciários.

Em 29 de dezembro de 2005 foi aprovada a data de 31 de janeiro de 2006, para entrada em vigor do Plano CD, com prazo de 90 dias, a contar daquela data, para as adesões. Em cumprimento ao que determina a legislação vigente, o novo plano de benefícios foi oferecido aos participantes que ainda não se encontram em benefício e aos futuros. O processo de adesão, por parte dos atuais participantes foi de forma voluntária, resultando na adesão de aproximadamente 22%.

Foi aprovado pela Secretaria de Previdência Complementar - SPC/MPS através do Ofício nº 2716/2005/SPC/DETEC/CAT, de 30 de dezembro de 2005, o Novo Regulamento do Plano de Benefícios Definidos - Plano BD visando adequar-se às Leis Complementares nº 108 e 109 de 29 de maio de 2001. A sua vigência, nos termos do Art. nº 63 do citado Regulamento ocorreu na mesma data de entrada em vigor do Plano CD, ou seja, 31 de janeiro de 2006, ficando a partir dessa data fechada a novas adesões. Com o propósito de anular o passivo atuarial correspondente à parcela apropriada ao resultado, equivalente a 4/5, a Companhia firmou com a Celpos, no exercício de 2001, um instrumento contratual previsto para ser amortizado até o ano de 2022, de valores referentes às reservas a amortizar e a outros passivos atuariais a amortizar existentes.

Os valores estão apresentados da seguinte forma:

	Consolidado			
	Circulante		Não Circulante	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Contrato de reconhecimento de dívida				
Benefícios a conceder	10.554	9.750	146.338	146.256
Subtotal	10.554	9.750	146.338	146.256
Contribuição da patrocinadora				
Obrigação atuarial	-	-	41.048	33.920
Participação ativos	2.025	2.410	-	-
Desligados PDV	113	142	421	491
Subtotal	2.138	2.552	41.469	34.411
Total	12.692	12.302	187.807	180.667

- COSERN

A Companhia é patrocinadora da FASERN - Fundação COSERN de Previdência Complementar, pessoa jurídica de direito privado, sem fins lucrativos, que tem por finalidade principal propiciar aos seus associados participantes, e respectivos beneficiários, uma renda pecuniária de suplementação de aposentadoria e pensão, conforme regulamentos dos planos de benefícios a que estiverem vinculados. As contribuições correntes (da patrocinadora e dos participantes) destinam-se à cobertura dos benefícios a serem pagos aos participantes, e são acumulados desde sua admissão nos planos. No Plano de Benefícios Previdenciários da FASERN - Regulamento 001 (Benefício Definido), eventuais insuficiências serão de co-responsabilidade da Companhia.

A partir de março de 1999, a FASERN implantou o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, de Contribuição Definida, ao qual estão vinculados todos os empregados ativos.

O Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001, proporciona aos seus participantes benefícios de risco totalmente custeados pela Companhia, com cobertura para invalidez e morte. Esses benefícios são pagos sob a forma de pecúlio, com pagamento único. Por suas características, este plano não apresenta déficit ou superávit, já que o resultado dos investimentos é integralmente repassado para os participantes.

A contribuição da Companhia para o Plano Misto de Benefícios Previdenciários nº 001 corresponde a 5,62% do total da folha de pagamento mensal dos participantes ativos do plano (Soma dos Salários Reais de Contribuição), dos quais 3,56% correspondem à contribuição normal (igual a dos participantes), 0,25% à contribuição dos benefícios de risco e 1,81% a cobertura das despesas administrativas da FASERN.

As contribuições pagas ou provisionadas durante o exercício para as controladas foram as seguintes:

	31/12/2008		31/12/2007	
	FAELBA	FASERN	FAELBA	FASERN
Custo do Imobilizado em Curso	767	205	307	576
Despesas Operacionais	7.347	1.012	5.850	5.570
Total	8.114	1.217	6.157	6.146

Deliberação CVM nº 371 - Contabilização dos Planos de Pensão

Na avaliação atuarial dos planos previdenciários foi adotado o método do crédito unitário projetado. Os pareceres atuariais da FAELBA, CELPOS e FASERN, emitidos por atuários independentes, considerando a situação econômico-financeira da fundação, em 31 de dezembro de 2008 e 2007 estão resumidos a seguir, bem como as demais informações requeridas pela Deliberação CVM nº 371/00:

	FAELBA		FASERN		CELPOS	
	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007
Plano de Benefícios Definido						
Valor presente das obrigações atuariais com direitos já vencidos	233.986	215.913	60.108	57.200	555.753	526.258
Valor presente das obrigações atuariais com direitos a vencer	5.476	6.331	-	-	152.329	138.754
Obrigação atuarial total com o plano	239.462	222.244	60.108	57.200	708.082	665.012
Valor justo dos ativos do plano	(329.009)	(314.752)	(83.007)	(81.149)	(389.486)	(378.519)
Valor presente das obrigações atuariais líquidas	(89.547)	(92.508)	(22.899)	(23.949)	318.596	286.493
Passivo (ativo) líquido no balanço patrimonial	84.544	75.970	22.328	20.125	(189.558)	(181.312)
Valor do custo do serviço passado ainda não reconhecido no balanço	(5.003)	(16.538)	(571)	(3.824)	129.038	105.181
Passivo na adoção da Deliberação CVM nº 371 não reconhecido						
Perdas atuariais não reconhecidas	(5.003)	(16.538)	(571)	(3.824)	129.038	105.181

Custo esperado do Plano Previdenciário de Benefício Definido

	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2008	31/12/2007	31/12/2
--	------------	------------	------------	------------	---------